

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PIETRA RASSI JUSTUS

A DITADURA NO DIVÃ: MEMÓRIAS DE PSICANALISTAS BRASILEIROS E
ARGENTINOS SOBRE O REGIME MILITAR DOS ANOS 1970



CURITIBA

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PIETRA RASSI JUSTUS

A DITADURA NO DIVÃ: MEMÓRIAS DE PSICANALISTAS BRASILEIROS E
ARGENTINOS SOBRE O REGIME MILITAR DOS ANOS 1970

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História, no Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, na Linha de Pesquisa Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Marion Brepohl de Magalhães

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Justus, Pietra Rassi

A Ditadura no Divã : memórias de psicanalistas brasileiros e argentinos sobre o Regime Militar dos anos 1970. / Pietra Rassi Justus. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marion Brepohl de Magalhães.

1. Brasil – História – 1964-1985. 2. Ditadura - Brasil. 3. Psicanálise. 4. Memória coletiva. 5. História oral. I. Magalhães, Marion Brepohl de, 1956-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação do Mestrado em História. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanoéla Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **PIETRA RASSI JUSTUS** intitulada: **A Ditadura no Divã: memórias de psicanalistas brasileiros e argentinos sobre o Regime Militar dos anos 1970**, sob orientação da Profa. Dra. MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Agosto de 2024.

Assinatura Eletrônica

28/08/2024 13:15:10.0

MARIONILDE DIAS BREPOHL DE MAGALHÃES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

28/08/2024 20:12:16.0

RAFAEL ALVES LIMA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica

27/08/2024 18:02:01.0

MILIANDRE GARCIA DE SOUZA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - PPGHIS)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, por acolher sem restrições uma forasteira. À Professora Doutora Marion Brepohl de Magalhães por aceitar me orientar e me conduzir nessa jornada.

Aos meus depoentes, os “velhos psicanalistas”, pela generosidade em me conceder suas memórias e permitir que elas fossem minha fonte de pesquisa.

À Professora Miliandre Garcia e a Rafael Alves Lima pela disposição e empenho em avaliar e contribuir tão preciosamente com esta dissertação.

A todos os professores que me proporcionaram a alegria de desbravar o universo da História, por seus ensinamentos.

Aos colegas, pelo acolhimento e pela disposição de me situarem “nessa História toda”, sempre que me senti um pouco “perdida”.

À Maria Cristina Parzowski (Cris), Secretária Administrativa do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná, por sua simpatia e paciência em ajudar em todos os momentos e a enfrentar todas as burocracias.

À minha amiga, colega, parceira, confidente e maior apoiadora deste projeto, Priscila Mossato Rodrigues Barbosa. O que seria de mim sem seu apoio e infinitas trocas?

Ao meu marido e parceiro de vida Daniel Justus, pelo apoio incondicional a todos os meus sonhos e por suas eternas demonstrações de admiração.

Aos meus filhos, João Pedro e Maria Eduarda, por serem minha força para qualquer empreitada.

A todos os familiares e amigos que me apoiaram com palavras de carinho e incentivo, e também com préstimos para que eu ganhasse mais horas a serem dedicadas a esta pesquisa.

À Vó Lourdes (*in memoriam*) que habita todas as minhas memórias de cuidado e presença que uma criança precisa. Ao Giba (*in memoriam*), porque o orgulho que um pai manifesta por seus filhos os autoriza a ir em frente.

RESUMO

As relações entre psicanálise e ditadura militar têm sido tema de muitos estudos. Ocupam um lugar de grande relevância na historiografia da história da psicanálise no Brasil, principalmente pelas controvérsias dessa relação, marcada por um posicionamento predominante de neutralidade política das sociedades psicanalíticas ligadas à IPA frente às atrocidades e ao cerceamento da liberdade praticados pelo regime vigente. Considerando essa mesma relação, a Argentina, de forte tradição psicanalítica, passou por um contexto muito semelhante na década de 1970, porém com uma marca própria que não pode ser ignorada enquanto diferença entre os dois países nesse capítulo da história: a saída de muitos de seus psicanalistas, que migraram para o Brasil. Quais são as memórias individuais e coletivas dos “velhos psicanalistas”, brasileiros e argentinos, que viveram essa época, contraditoriamente marcada tanto pelas perseguições políticas quanto pelo estabelecimento, difusão e consolidação da psicanálise em seus territórios? Valendo-se de toda potência da história oral, esta dissertação tem como objetivo pesquisar o tema psicanálise e ditadura militar a partir de memórias de psicanalistas que testemunharam aquele tempo. A pergunta sugerida por Verena Alberti – “como os entrevistados viam ou veem o tema em questão”- foi a linha condutora dos depoimentos obtidos, cujas respostas foram alicerçadas em suas próprias vivências e sentimentos, conferindo pessoalidade a respeito do que já se sabe sobre esse tempo da história da psicanálise no Brasil e na Argentina.

Palavras-chave: psicanálise; ditadura militar; memória; história oral.

ABSTRACT

The relations between psychoanalysis and military dictatorial period have been the subject of many studies. They occupy a place of great relevance in the historiography of the history of psychoanalysis in Brazil, mainly due to the controversies of this relationship, marked by a predominant stance of political neutrality of psychoanalytic societies affiliated with the IPA in the face of the atrocities and the curtailment of freedom practiced by the current regime. Considering this same relationship, Argentina, with a strong psychoanalytic tradition, went through a very similar context in the 1970s, but with its own mark that cannot be ignored as a difference between the two countries in this chapter of history: the departure of many from its psychoanalysts, who migrated to Brazil. What are the individual and collective memories of the “old psychoanalysts”, Brazilians and Argentines, who lived through this era, paradoxically marked both by political persecution and by the establishment, diffusion and consolidation of psychoanalysis in their territories? Utilizing the full potential of oral history, this dissertation aims to research the theme of psychoanalysis and military dictatorship based on the memories of psychoanalysts who witnessed that time. The question suggested by Verena Alberti – “how the interviewees saw or see the subject in question” – was the guiding line of the obtained testimonies, whose answers were grounded in their own experiences and feelings, conferring a personal perspective on what is already known about this period in the history of psychoanalysis in Brazil and Argentina.

Keywords: psychoanalysis; military dictatorship; memory; oral history.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	DEPOENTES BRASILEIROS	56
QUADRO 2	DEPOENTES ARGENTINOS	57

LISTA DE SIGLAS

APA	Asociación Psicoanalítica Argentina (Associação Psicanalítica Argentina)
IPA	International Psychoanalytical Association (Associação Psicanalítica Internacional)
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
SBP	Sociedade Brasileira de Psicanálise
SBPSP	Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo
SPRJ	Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: SOBRE PSICANÁLISE E DITADURA	10
2	CONTEXTO CULTURAL DOS ANOS 1970 E O <i>BOOM</i> DA PSICANÁLISE ..	23
2.1	CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970	23
2.2	ESTABELECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA PSICANÁLISE NO BRASIL NA DÉCADA DE 1970	30
2.3	UMA “CULTURA PSICANALÍTICA”	34
3	HISTÓRIA ORAL	39
3.1	A ESCOLHA DA HISTÓRIA ORAL	39
3.2	MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E PSICANÁLISE	49
3.3	A ESCOLHA DOS DEPOENTES	54
3.4	OS DEPOIMENTOS	58
4	AS MEMÓRIAS	62
4.1	ENGAJAMENTO POLÍTICO E PSICANÁLISE	63
4.2	PREOCUPAÇÃO COM O SOCIAL E PSICANÁLISE DE GRUPO	66
4.3	PERCEPÇÕES E CRÍTICAS AO CONSERVADORISMO DAS SOCIEDADES PSICANALÍTICAS VINCULADAS À IPA	69
4.4	PERCEPÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE PSICANALISTAS BRASILEIROS E ARGENTINOS	72
4.5	PERCEPÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE A DITADURA DO BRASIL E DA ARGENTINA	73
4.6	PERSEGUIÇÃO À PSICANÁLISE	75
4.7	A VINDA DOS PSICANALISTAS ARGENTINOS PARA O BRASIL	76
4.8	O SEDES SAPIENTIAE	78
4.9	O MOVIMENTO LACANIANO	79
4.10	IGREJA CATÓLICA, DITADURA E PSICANÁLISE	81
4.11	EXÍLIO E CLANDESTINIDADE	83
4.12	FALAR SOBRE PSICANÁLISE E DITADURA	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
	FONTES	90
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91

1 INTRODUÇÃO: SOBRE PSICANÁLISE E DITADURA

Se considerarmos o estado da arte, à primeira vista podemos ficar surpresos e até intrigados a respeito da quantidade de material produzido sobre o tema psicanálise e ditadura no Brasil. Lembro bem da primeira vez em que fiz uma pesquisa sobre o tema “psicanálise e ditadura” em um site de busca, mais com a intenção de saber o que a psicanálise pensa a respeito de ditaduras e ditadores do que propriamente de entender alguma possível relação entre a psicanálise e a ditadura brasileira, ou de qualquer outro país. Foi quando tomei conhecimento sobre a existência dessa relação e da importância do tema na historiografia da história da psicanálise em nosso país.

Por coincidência, naquela mesma época, assisti ao filme *Dois Papas*¹. Há uma cena em que a residência da personagem Esther, amiga do jovem padre Francisco, está ameaçada de ser invadida. Ele então a pressiona a se desfazer rapidamente de livros e materiais que pudessem ser considerados subversivos pela ditadura argentina. O próprio padre sugere o que precisa ser retirado: “Gramsci, a classe operária, peronismo, Brecht, Marx, psicanálise”².

O tema me pareceu promissor.

A história da psicanálise pode ser estudada sob duas perspectivas, que chamarei de *história interna* e *história externa*. A história interna é a história das descobertas da teoria psicanalítica, da evolução de suas ideias e de seus conceitos. A história externa diz respeito aos contextos históricos, políticos e sociais em que a psicanálise se desenvolveu, em seu percurso. O que não significa, de modo algum, que sejam perspectivas independentes, mas essa divisão ajuda a delimitar o escopo da pesquisa.

A presente pesquisa traz um recorte da história externa da psicanálise no Brasil. Um recorte que tem sido bastante explorado, principalmente por autores psicanalistas, mas talvez pela primeira vez sob a perspectiva exclusiva da história oral.

O que explica um interesse tão grande por esse tema? Possivelmente suas contradições; uma pergunta-chave que serviu de argumento em meu projeto de pesquisa e que, depois, descobri ser também a indagação de outros autores: “como

¹ DOIS Papas. Direção de Fernando Meirelles. EUA: Netflix, 2019. 1 filme (125 min), son, color.

² *Ibidem*. Reprodução da fala da personagem Francisco. Minuto 52:50:00.

pôde a psicanálise ter encontrado, justamente no contexto da ditadura dos anos 1970, solo fértil para disseminar, crescer e consolidar suas ideias, instalando-se como cultura, discurso e prática profissional no Brasil?”.

O psicanalista Eduardo Mascarenhas tornou conhecida a expressão “*boom* da psicanálise” em um artigo publicado no *Jornal do Brasil* em 12 de fevereiro de 1978, intitulado *O “boom” da psicanálise e a consciência nacional*³, cuja chamada era: “observadas as proporções de população e renda, em lugar algum do mundo fez-se tanta análise de grupo como no eixo Rio-São Paulo”. Psicanálise de grupo pode parecer uma ideia bastante estranha para a psicanálise praticada hoje no Brasil, mas foi um modelo comum na década de 1970, que aparece nas memórias dos depoentes desta pesquisa e será posteriormente explorada. Aliás, 1970 foi a década do *boom* não somente da psicanálise, mas das chamadas “práticas psi”, ou seja, das psicoterapias em geral.

A psicóloga Jane Russo, em *O corpo contra a palavra*, obra em que discorre sobre a popularidade da psicanálise nos anos 1970 e das terapias corporais nos anos 1980 – estas como alternativa às exigências de investimento e de tempo do tratamento psicanalítico e também ao estreitamento do funil para formação psicanalítica – aponta as cinco características que tornam visíveis a presença de uma “cultura psicológica” no Brasil:

- grande procura de terapia psicanalítica (que podia assumir diversas modalidades...);
- aumento do número de especialistas, traduzido por um aumento na procura de cursos de psicologia e grande proliferação dos grupos ou instituições de formação de analistas ou de terapeutas de linha psicanalítica;
- penetração da psicanálise (teoria e procedimentos) em outras áreas profissionais, como a medicina clínica ou geral (por meio da psicossomática), o serviço social, a educação, etc.
- vulgarização de conceitos psicanalíticos (às vezes sob a forma de jargões), nos meios de comunicação;
- surgimento de um “dialeto psicanalítico” utilizado por determinados grupos dentro dos segmentos apontados acima, especialmente os mais intelectualizados.⁴

³ MASCARENHAS, E. O “boom” da psicanálise e a consciência nacional. *Jornal do Brasil*, 12 de fevereiro de 1978.

⁴ RUSSO, J. *O corpo contra a palavra*: as terapias corporais do campo psicológico dos anos 1980. p. 19-20.

A autora faz a ressalva de que “é verdade que a difusão da psicanálise no Brasil, apesar de se constituir num fenômeno social importante, restringe-se a certos segmentos das classes médias e altas dos centros urbanos do país, que se definem (...) por um determinado estilo de vida, constituindo nesse sentido grupos de status”⁵.

A forma como a psicanálise se desenvolveu no Brasil culminou, nos anos 1970, em uma clínica elitista, muitas vezes cobrada em dólar, em detrimento de uma clínica interessada no social e orientada genuinamente pelas questões da loucura. O “milagre econômico” encheu os consultórios de pacientes pertencentes aos estratos sociais beneficiados pelas políticas da época e a psicanálise clínica passou a ser uma carreira cobiçada pelos seus altos ganhos.

A manutenção desse status, reforçada por uma política do segredo⁶ e por um discurso de que à psicanálise interessam apenas os acontecimentos de ordem privada, ela não encontraria outra saída, em meio a um regime de estado de exceção, que não a adoção de uma postura de neutralidade política, por parte de muitos psicanalistas e de algumas sociedades psicanalíticas, como explora Carmen Lucia de Oliveira em seu artigo denominado *Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar*⁷. Não se pode negar que a prática da psicanálise está, de fato, ancorada na neutralidade e no silêncio, mas no sentido de uma ética clínica de resguardo do paciente.

A autora também comenta que, embora no Brasil não haja notícias de que alguma dessas sociedades tenha se aliado ao governo, por outro lado “é possível afirmar que nenhuma instituição psicanalítica foi perseguida durante esse período”, e

⁵ RUSSO, J. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais do campo psicológico dos anos 1980*. p.21-22.

⁶ Em psicanálise pode-se pensar em segredo tanto como condição de sigilo clínico, da ética do profissional com seu paciente, quanto como políticas de segredo em relação aos arquivos da psicanálise, citadas por Rafael Lima e também por Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira, como, por exemplo, no seguinte trecho de seu livro: “O gosto pelo segredo e a ausência de memória foi uma das primeiras regras que a secretária administrativa da SBPSP aprendeu quando foi contratada no começo dos anos 1960. A mais antiga e influente funcionária dessa instituição, Adele Padonis, que nos concedeu breves, mas preciosas informações, é, como ela mesma se define, a ‘memória sem memória’ da SBPSP: ‘Quando entrei na sociedade, aprendi a esquecer tudo, e me treinei para isso’.”. In: OLIVEIRA, C. L. M. V. *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta, 2005. p. 41

Rafael Lima acredita que na época da ditadura militar brasileira houve uma confusão (conveniente?) entre neutralidade clínica e neutralidade política. In: LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. p. 71.

⁷ OLIVEIRA, C. L. M. V. *Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar*. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos. 2017.

continua além: “da mesma forma, jamais a psicanálise foi identificada pelos militares como uma prática ‘subversiva ou revolucionária’, como foi o caso de diversos analistas argentinos de esquerda, que, a partir de 1976, viram-se obrigados a tomar o caminho do exílio”⁸.

Embora a psicanálise não tenha sido perseguida no Brasil, ela chegou a ser censurada, como mostra um trecho bastante interessante relatado por Fernandes e Sacramento sobre a censura praticada à novela *Despedida de Casado*, em que “a psicanálise é apontada como um problema da narrativa”⁹ pelos censores. O ponto crítico relatado no parecer é de que “a psicanálise é indicada como a solução dos problemas que angustiam o homem moderno, não sendo apontado outro meio do indivíduo libertar-se dos conflitos íntimos”¹⁰. Os autores do artigo ainda informam que, nos relatórios dos censores, foi “bastante presente a crítica à terapia e à psicanálise, que estariam sendo utilizadas para desagregar a família”¹¹.

Mesmo que a psicanálise enquanto ideia, teoria e prática clínica não tenha sido perseguida pela ditadura no Brasil, houve psicanalistas atuantes politicamente, que se posicionavam publicamente contra o regime vigente, que foram perseguidos e presos, como é o caso de Hélio Pellegrino, um dos nomes mais conhecidos da época, nesse sentido. Ele fazia parte da SPRJ (Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro), mas fica desde já o alerta que ele, ou qualquer outro psicanalista perseguido pela ditadura, nunca o foram por serem psicanalistas, mas sim por seus posicionamentos políticos pessoais.

Assim como houve psicanalistas que se posicionavam a favor da democracia, houve também extremos do “outro lado”, como é o emblemático caso do médico Amílcar Lobo, que era psiquiatra e psicanalista e trabalhou a favor da tortura na Casa da Morte, em Petrópolis. Considerando-se a comunidade psicanalítica da época, até onde se tem notícias, este é um caso isolado. Já entre a comunidade médica, não se pode dizer que tenha sido o único¹².

⁸ OLIVEIRA, C. L. M. V. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos. 2017. p. 83.

⁹ FERNANDES, G. M. e SACRAMENTO, I.. Liberdade, a melhor coisa do mundo: uma análise do processo de censura à *Despedida de Casado* (TV Globo, 1976). In: FICO, C. e GARCIA, M. (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988)*: sociedade, música, telenovelas e livros. 2021, p. 93.

¹⁰ *Ibidem*, p. 104.

¹¹ *Ibidem*, p. 110.

¹² O documentário *Cidadão Boilesen* menciona certo Dr. Coutinho, que “era um encarregado de observar toda a tortura, para impedir que os torturados passassem do limite ou ficassem inconscientes.

No decorrer da década de 1980, diversas matérias e entrevistas a respeito do caso Amílcar Lobo foram publicadas em veículos jornalísticos, como o Jornal do Brasil e as revistas Istoé e Veja, contando inclusive com uma entrevista e uma carta do próprio médico. Todo esse material, junto a outros documentos, depoimentos e a trechos da autobiografia de Amílcar Lobo, publicada em 1988, de caráter defensivo, consta nos autos do processo judicial movido pelo grupo Tortura Nunca Mais contra Lobo e outros mais de 60 médicos que atuaram a favor da ditadura, seja diretamente nos casos de tortura, seja como legistas que ofuscavam evidências de violações e atrocidades nos laudos médicos.

Os documentos do processo revelam o forte corporativismo presente nas sociedades psicanalíticas – àquela época ainda constituídas muito mais por médicos do que por psicólogos – bem como o combate dessas sociedades às instituições psicanalíticas paralelas, a preservação de um processo rígido de formação de analistas e um pretenso apoliticismo.

Em *Genealogias*, a historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco explica que a possibilidade de implantação da psicanálise em determinados países, enquanto em outros não, decorre tanto do contexto histórico quanto da situação política. Como uma das condições para a implantação das ideias freudianas ela cita:

(...) a existência de um Estado de direito, capaz de garantir o livre exercício de um ensino freudiano.
Um Estado de direito caracteriza-se pelos limites que dá ao seu poder sobre a sociedade e os cidadãos, e pela consciência que tem desses limites. Sem ele, é impossível exercer livremente a psicanálise, transmiti-la pela clínica, ou ensiná-la em instituições específicas. Em outras palavras, toda implantação geográfica da psicanálise passa pelo reconhecimento consciente da existência do inconsciente, da mesma maneira que a associação livre, como técnica de tratamento, passa pelo princípio político da liberdade de associação.¹³

Portanto, se pensarmos que a psicanálise, em sua grande afinidade com a democracia, tem como pressuposto o livre exercício da palavra – pois essa liberdade confere igualdade entre as pessoas, ao mesmo tempo em que permite que elas

O importante para eles, não por humanidade, evidentemente, era atingir apenas o limite de minha resistência”, afirma um dos torturados na presença do Dr. Coutinho. Pelo que se sabe, Amílcar Lobo agia de forma bastante semelhante a ele. In: CIDADÃO Boilesen. Direção de Chaim Litewski. Brasil: Imovision, 2009. 1 filme (92 min), son, color.

¹³ ROUDINESCO, E. *Genealogias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p.62-63.

trabalhem suas diferenças – é provocativo pensar que seu maior período de propagação e crescimento no Brasil tenha se dado justamente em uma época que ficou marcada pela censura, pelos Atos Institucionais, pela supressão de direitos e pela perseguição política daqueles que se opusessem ao regime vigente.

Por meio da tese de doutorado de Rafael Lima, intitulada *A psicanálise na ditadura civil-militar¹⁴ brasileira (1964-1985): história, clínica e política*, que conta com 666 páginas – um verdadeiro dossiê – tomei conhecimento que essa contradição foi respondida pela própria Roudinesco, posteriormente, em uma entrevista à revista Cult. Segundo ela:

As ditaduras latino-americanas não foram totalitárias como a Alemanha nazista, onde foi proibida enquanto ciência judia, ou o stalinismo, enquanto ciência burguesa. Na América Latina, as ditaduras deixavam espaço para a liberdade de associação, não proibiram a psicanálise. Os psicanalistas tinham a escolha entre a “neutralidade política”, o recuo para a clínica, a colaboração, o engajamento ou o exílio. Havia opções.¹⁵

Todas essas questões estão envolvidas em um debate ainda maior, sobre a psicanálise ter um caráter progressista ou reacionário, se é possível conciliar psicanálise e marxismo e se Freud, em determinado ponto, teria tecido recomendações para que os psicanalistas mantivessem um posicionamento de neutralidade política.

Gabarron-Garcia, em *Uma história da psicanálise popular*, nos adverte sobre uma psicanálise reacionária que faz barulho e cresce cada vez mais no espaço público, mas que não é nova. Esse movimento busca desacreditar qualquer politização da psicanálise e defende que os “excessos políticos” surgidos em seu interior são apenas “figuras isoladas, marginais, e o próprio Freud teria ficado pasmo com o envolvimento do movimento psicanalítico francês com o Maio de 1968”¹⁶. Mas,

¹⁴ Há muitos debates sobre a forma mais adequada de se referir à ditadura brasileira vigente de 1964 a 1985 – *Ditadura militar* ou *Ditadura civil-militar*. O historiador Carlos Fico defende a ideia de que houve um golpe civil-militar e a implantação de um regime ditatorial militar.

Ver: FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

Não entrarei nesse debate mas, de acordo com as ideias de Fico, optei, nesse texto, pela utilização do termo *Ditadura militar*, com exceção das referências e citações a trabalhos de autores que optaram pelo termo *Ditadura civil-militar*, como é o caso de Rafael Lima.

¹⁵ ROUDINESCO, E. Elisabeth Roudinesco: Lacan deu uma dimensão de intelectualidade à obra de Freud. Fonte: *Cult!*. jan. 2017 In: LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. p. 15

¹⁶ GABARRON-GARCIA, F. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu, 2023. p. 18-19.

para ele, “nada é mais falso que a fábula de uma psicanálise neutra”¹⁷. Defender uma psicanálise neutra e apolítica teria suas consequências na clínica, que permaneceria sendo elitizada e restrita.

O autor acredita que a imagem de um Freud indiferente e neutro é respaldada principalmente por seu principal biógrafo, Ernest Jones, autor de *Vida e obra de Sigmund Freud*, considerada, pelos críticos de Jones, uma hagiografia. A visão de Freud apresentada por Jones seria bastante suspeita, vistas as posições políticas do próprio Jones: “Jones é aquele que ‘adaptou’ a psicanálise ao regime nazista e contribuiu ativamente para expulsar de seus postos os psicanalistas mais engajados, e também os judeus”¹⁸. Gabarron-Garcia traz essa afirmação em meio a uma discussão sobre os esforços de Jones em evitar que a psicanálise fosse rotulada como uma “ciência judia” durante a II Guerra Mundial. Entre esses esforços estavam as orientações que ele dava aos psicanalistas da IPA (*International Psychoanalytical Association*, traduzida como Associação Psicanalítica Internacional) para que se mantivessem distantes de qualquer posicionamento ou mesmo discussão política, sob o pretexto de “salvar” a psicanálise na Alemanha.

Na introdução de seu livro *Cold war Freud: psychoanalysis in an age of catastrophes*¹⁹, a historiadora Dagmar Herzog sintetiza a diretriz de Jones a respeito do envolvimento da psicanálise com questões políticas:

Em 1949, o primeiro encontro da Associação Psicanalítica Internacional após a 2ª Guerra Mundial foi realizado em Zurique. Os eventos mundiais impediram a IPA de se reunir por mais de uma década. Em Zurique, o neurologista e psicanalista Ernest Jones – presidente da IPA, galês de nascimento, radicado em Londres, um dos mais respeitados expoentes da psicanálise na Grã-Bretanha, editor de longa data do *International Journal of Psychoanalysis*, e prestes a ser o biógrafo oficial de Freud – dirigiu-se à plateia com um pedido para que se afastassem não apenas de tudo o que pudesse ser interpretado como politicamente subversivo. Na verdade, ele os incentivou a se distanciar de discussões de fatores extra psíquicos de qualquer tipo.²⁰

¹⁷ *Ibidem*, p. 22.

¹⁸ GABARRON-GARCIA, F. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu, 2023. p. 206.

¹⁹ HERZOG, D. *Cold War Freud: psychoanalysis in an age of catastrophes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2017.

²⁰ *Ibidem*, p. 2-3. Tradução livre do texto em inglês: “In 1949, the first post-World War II meeting of the International Psychoanalytical Association was held in Zurich. World events had kept the IPA from meeting for more than a decade. In Zurich, the Welsh-born, London-based neurologist and psychoanalyst Ernest Jones – President of the IPA, one of the most respected exponents of psychoanalysis in Britain, longtime editor of the *International Journal of Psycho-Analysis*, and soon to be Freud’s official biographer – addressed the audience with a plea to stay away not just from anything

Se pensarmos nos desdobramentos filiatórios das instituições psicanalíticas, podemos compreender como tal orientação permaneceu tendo seus efeitos nas sociedades brasileiras de psicanálise filiadas à IPA por ocasião do regime ditatorial militar.

Gabarron-Garcia entende que Freud se posicionou politicamente. Ele estava atento às conjunturas de seu tempo e teria defendido, na prática, uma visão mais progressista, quando passou a estimular a ampliação do alcance da psicanálise aos mais carentes e a apoiar psicanalistas da terceira geração nas suas experiências das policlínicas. A seguir estão reproduzidas duas expressões desse seu desejo. A primeira em um pronunciamento lido por ele no Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste, em setembro de 1918:

Os senhores sabem que as nossas atividades terapêuticas não têm um alcance muito vasto. Somos apenas um pequeno grupo e, mesmo trabalhando muito, cada um pode dedicar-se, num ano, somente a um pequeno número de pacientes. (...)

Vamos presumir que, por meio de algum tipo de organização, consigamos aumentar os nossos números em medida suficiente para tratar uma considerável massa da população. Por outro lado, é possível prever que, mais cedo ou mais tarde, a consciência da sociedade despertará, e lembrar-se-á de que o pobre tem exatamente o mesmo direito a uma assistência à sua mente, quanto o tem, agora, à ajuda oferecida pela cirurgia, e de que as neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, de que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade. Quando isso acontecer, haverá instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados médicos analiticamente preparados (...). Tais tratamentos serão gratuitos. Pode ser que passe um longo tempo antes que o Estado chegue a compreender como são urgentes esses deveres. (...) Provavelmente essas instituições iniciar-se-ão graças à caridade privada. Mais cedo ou mais tarde, contudo, chegaremos a isso.²¹

Anos depois, no *Prefácio ao relatório sobre a policlínica psicanalítica de Berlim (março de 1920 a junho de 1922)*, de Max Eitingon, publicado em 1923, Freud escreve:

Meu amigo Max Eitingon, que criou a Policlínica Psicanalítica de Berlim e até aqui a sustentou com seus próprios recursos (...). (...) só posso acrescentar meu desejo de que se possa encontrar em outras partes indivíduos ou sociedades que sigam o exemplo de Eitingon e criem instituições

that could be construed as politically subversive. In fact, he urged them to stay away from discussion of extrapsychic factors of any kind".

²¹ FREUD, S. (1919) Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 17, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 209-210.

semelhantes. Se a psicanálise, ao lado de sua significação científica, tem valor como procedimento terapêutico, se é capaz de fornecer ajuda àqueles que sofrem em sua luta para atender às exigências da civilização, esse auxílio deveria ser acessível também à grande multidão, demasiado pobre para reembolsar um analista por seu laborioso trabalho.²²

A norte-americana Elisabeth Ann Danto, professora de história da psicanálise e saúde mental urbana, escreveu um livro chamado *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*²³, totalmente dedicado a esse tema. A obra foi indicada por um dos depoentes da presente pesquisa, Jorge Broide, o qual é autor do prefácio, onde ele afirma que “Os escritos de Danto (...) desvelam um mundo desconhecido, mostrando como o discurso de Budapeste em 1918 e o texto de 1919 tiveram um extraordinário impacto e fizeram com que a primeira geração de psicanalistas fosse de fato ao campo social”²⁴.

Esse movimento, de uma psicanálise mais acessível e preocupada com o social, aparece também no Brasil de 1970, conforme nos revelarão as memórias de alguns dos depoentes. Eles trazem relatos de iniciativas brasileiras no sentido de retirar a psicanálise do domínio dos “barões da psicanálise”²⁵ e ampliar o acesso da população aos atendimentos, como por exemplo a Clínica Social de Psicanálise, no Rio de Janeiro. Mas essas iniciativas encontravam total resistência das sociedades ligadas à IPA.

Passemos às explicações sobre a importância de trazer a psicanálise argentina dos anos 1970 para este debate. Nesta época a psicanálise já era bastante sólida na Argentina, com nomes de importância como José Bleger e Enrique Pichon Rivière, ambos bem posicionados em termos políticos. O primeiro era declaradamente

²² FREUD, S. (1923) Prefácio ao relatório sobre a policlínica psicanalítica de Berlim (março de 1920 a junho de 1922), de Max Eitingon. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 19, Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 357.

²³ DANTO, E. A. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

²⁴ *Ibidem*, p. 5.

²⁵ Barões da psicanálise foi uma expressão adotada a partir de uma reportagem do *Jornal do Brasil*, intitulada “Os barões da Psicanálise”, em que os psicanalistas Hélio Pellegrino, Eduardo Mascarenhas e Wilson Chebabi denunciaram “os altos custos do tratamento, a gerontocracia das instituições psicanalíticas, as discriminações ideológicas contra candidatos à formação, o falso ‘apolitismo’, e até mesmo a ignorância das obras de Freud”.

Ver: Mascarenhas, E. O “boom” da psicanálise e a consciência nacional. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1980, p. 1. Disponível em <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19800923&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 17 de junho de 2024.

marxista e pertenceu ao Partido Comunista e o segundo, um suíço radicado na Argentina, pertenceu ao Partido Socialista.

Outro fato para ilustrar a força da psicanálise argentina diz respeito à APA (Associação Psicanalítica Argentina), fundada em 1942, que foi imediatamente reconhecida pela IPA, sendo a primeira associação psicanalítica latino-americana a ter esse status. A Sociedade Brasileira de *Psychanalyse* (como na época era grafada), fundada em 1927, filiou-se à IPA somente em 1951.

O ponto de partida para a comparação entre as experiências brasileira e argentina dos psicanalistas durante a ditadura militar dos anos 1970 é o fato de que, na Argentina, muitos psicanalistas optaram por sair do país durante a vigência do regime. Uma significativa parcela deles veio para o Brasil, que também se encontrava governado por um regime ditatorial. Entre os principais motivos deste “fenômeno migratório” está o fato de que havia uma politização intensa do movimento psicanalítico argentino desde o início dos anos 1970, representada pelos grupos Plataforma e Documento²⁶, frutos de uma ruptura ocorrida na APA, causada por discordâncias de alguns psicanalistas com o conservadorismo e elitização da instituição.

Nesta época, diferentemente do Brasil, em que a psicanálise se encontrava muito concentrada nas sociedades psicanalíticas e nas clínicas particulares, na Argentina ela estava presente nos serviços de saúde mental, nos hospitais gerais, nas universidades e nos círculos intelectuais de esquerda.

²⁶ Segundo Rafael Lima: “O Plataforma tinha um caráter que se poderia chamar de revolucionário e agrupou psicanalistas de diferentes gerações, como a cofundadora Marie Langer, o ex-presidente da APA Emílio Rodriqué e os responsáveis pela articulação com o Plataforma Internacional desde a Itália, Armando Bauleo e Hermán Kesselman, além de didatas como Diego e Gilou García Reinoso. Ou seja, não se podia negar que era um grupo de peso e altamente legítimo que estava rompendo. O Documento por sua vez tinha inicialmente um caráter mais reformista, com agendas como direito de voto para decisões institucionais para todos os membros da APA independente (*sic*) da posição hierárquica, e tinha uma outra figura importante à frente de suas iniciativas, Fernando Ulloa. Mas com a ruptura do Plataforma, o Documento rompe logo na sequência com a APA, e os dois grupos reconhecem uma maior afinidade política entre si do que era possível perceber no auge das tensões institucionais. Não por acaso, fala-se nos dois como atos quase simultâneos de insurgência contra a hierarquia ipeísta, cujas agendas políticas confluiriam para um mesmo espectro de preocupações no movimento psicanalítico argentino. Além disso, o Plataforma-Documento teve o mérito de congregar colegas psicanalistas de países vizinhos latino-americanos, notadamente o casal uruguaio Maren e Marcelo Viñar”. In: LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. p. 273-274.

Um dos exemplos dessa realidade está em um texto passado a mim por uma das depoentes da pesquisa, de sua própria autoria, a respeito de seu trabalho como psiquiatra e psicanalista no Hospital Geral de Lanús, situado na Província de Buenos Aires. Segundo a autora “a entrada em um hospital geral de um serviço de psiquiatria, incluindo internação e tratamento ambulatorial, constituiu a primeira ruptura institucional dos muros manicomiais na Argentina”²⁷. Especialmente neste hospital, foi proporcionada aos psiquiatras a formação em psicanálise e, para os pacientes, tratamentos de base psicanalítica.

O texto relata que a Federação Argentina de Psiquiatria era um órgão bastante militante e comprometido socialmente. Sobre o hospital em questão, conta que

A população que trabalhava no Serviço de Psicopatologia de Lanús possuía uma grande homogeneidade ideológica e estava constituída por profissionais que se definiam como progressistas, orientados em suas escolhas políticas para os partidos e movimentos populares reformistas ou de esquerda, opositores do conservadorismo e do liberalismo econômico. Consequentemente, sofreram de modo direto ou indireto os excessos e as atrocidades dos militares.²⁸

A partir do momento em que o exército tomou o poder em março de 1976, os profissionais que compunham o corpo clínico psiquiátrico de Lanús passaram a ser considerados um *PAI* – “curiosa sigla resultante das palavras Presumível Agitador Ideológico”²⁹. Muitos foram perseguidos, uma das médicas desapareceu.

Jorge Balán, em *Cuéntame tu vida: una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*³⁰, nos diz que esses

Foram os anos de Onganía, cujo governo militar conquistou em pouco tempo a oposição de quase todos os intelectuais, por ter intervindo à força na Universidade, na “noche de los bastones largos” de julho de 1966. Seguiram-se dois anos de controle estrito sobre a vida política do país e expurgo nas instituições acadêmicas. O curso de Psicologia foi muito afetado e parou de funcionar na prática por quase dois anos.³¹

²⁷ FUKS, L. B. De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina. *Revista Percurso*. Vol. 52, ano XXVI, Junho de 2014. p. 145-150.

²⁸ *Ibidem*, p. 148.

²⁹ *Ibidem*, p. 147.

³⁰ BALÁN, J. *Cuéntame tu vida: una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1991.

³¹ *Ibidem*, p. 31. Tradução livre do texto em espanhol: “Eran los años de Onganía, cuyo gobierno militar se había ganado en poco tiempo la oposición de casi todos los intelectuales, por haber intervenido a la fuerza la Universidad, en la ‘noche de los bastones largos’, de julio de 1966. Le siguieron dos años de

Exemplos como esse corroboram com uma percepção geral dos depoentes de que a ditadura na Argentina foi mais severa em relação aos intelectuais, psicólogos e psicanalistas.

Diante da afirmação de Mariano Ben Plotkin em seu livro *Freud en las panpas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*, de que “A entrada da psicanálise no discurso da esquerda foi um fator que facilitou a sua crescente aceitação no mundo da cultura”³², pode-se ter uma ideia dos motivos pelos quais ela foi perseguida pela ditadura do país na década de 1970. Há relatos de que, nesse tempo, alguns psicanalistas que militaram politicamente foram detidos e perseguidos.

Fugindo de uma ditadura sanguinária, muitos psicanalistas argentinos decidiram migrar para o Brasil. Alguns já traziam na bagagem uma leitura lacaniana³³. Adiante, será explorada de forma mais detalhada a questão da entrada no lacanismo também no Brasil nos anos 1970, um fato importante para a história da psicanálise no país e das insurgências contra os domínios da IPA. Mas até a década anterior, as maiores referências teóricas da psicanálise tanto no Brasil quanto na Argentina eram o próprio freudismo e o *kleinismo*³⁴, este da tradição inglesa.

Muito antes desse “fenômeno migratório” de psicanalistas argentinos ocorrido na década de 1970, o intercâmbio entre os dois países sempre foi muito forte, conforme ilustra Plotkin: “grande parte dos membros da primeira geração de psicanalistas brasileiros afiliados à IPA (*International Psychoanalytical Association*) se formou na Argentina”³⁵.

Os depoimentos obtidos junto aos psicanalistas brasileiros e aos argentinos que vieram para o Brasil durante o regime ditatorial militar, vigente em ambos os países, permitem compreender melhor essas trocas, as semelhanças e, principalmente, as diferenças da relação entre psicanálise e ditadura nos dois países.

control estricto sobre la vida política del país y de purga en las instituciones académicas. La carrera de Psicología fué muy afectada, y dejó de funcionar en la práctica durante casi dos años”.

³² PLOTKIN, M. B. *Freud en las panpas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p. 291.

³³ “Lacanismo” se refere à teoria do psicanalista francês Jacques Lacan (1901-1981).

³⁴ “Kleinismo” se refere à teoria da psicanalista Melanie Klein (1882-1960), uma das primeiras mulheres reconhecidas como tal.

³⁵ PLOTKIN, M. B. Op. cit., p. 15.

Este capítulo introdutório teve como objetivo contextualizar o tema da pesquisa - psicanálise e ditadura – no tempo e no espaço, explicando algumas contradições dessa relação e por que ele foi eleito como objeto de investigação.

O segundo capítulo será dedicado ao cenário político e cultural brasileiro da década de 1970, como esse período pode ser pensado a partir de algumas ideias psicanalíticas e como surge uma “cultura psicanalítica” no Brasil em meio a esse contexto.

No terceiro capítulo discorro sobre a metodologia, abrangendo a questão da escolha da história oral para essa pesquisa. Uma escolha que não se dá ao acaso, uma vez que passa por questões subjetivas da pesquisadora. Também trago uma discussão sobre como a história e a psicanálise entendem a memória e como esta serve à história. Memória individual e coletiva, recordações, esquecimentos e silêncios são temas que fazem parte desse capítulo.

Outro tema trazido para o terceiro capítulo são os depoentes (ou entrevistados) e seus depoimentos (ou entrevistas), desde a escolha das pessoas, os primeiros contatos, a aceitação ou negativa ao convite, a realização das entrevistas e peculiaridades desse processo. Por fim, como o conteúdo dos depoimentos foi utilizado para uma análise das memórias coletivas desse período da história.

O quarto e último capítulo traz as memórias em si, o conteúdo dos depoimentos e os encontros em que essas memórias se constituem como memórias coletivas. Ao invés de eleger arbitrariamente alguns temas sobre psicanálise e ditadura e então ilustrá-los com os depoimentos, optou-se por se fazer o inverso: a partir das falas dos depoentes foram detectados temas que revelaram fazer parte de uma memória coletiva. Cada um desses temas se tornou um tópico em que os depoimentos são os protagonistas.

Para concluir, trago as considerações finais, com a discussão e fechamentos das ideias trazidas na dissertação.

2 CONTEXTO CULTURAL DOS ANOS 1970 E O *BOOM* DA PSICANÁLISE

Podemos pensar neste capítulo como um funil, em que primeiramente é apresentada uma visão mais ampla do cenário cultural³⁶ brasileiro dos anos 1970 e suas conexões com o contexto político do período, depois é apresentada uma breve história da instalação e percurso da psicanálise no Brasil até a década de 1970 e, na sequência, introduzida a ideia de uma “cultura psicanalítica”, preparando terreno para o capítulo seguinte, em que são trabalhados os depoimentos dos “velhos psicanalistas” brasileiros e argentinos que viveram a ditadura em seus respectivos países.

2.1 CENÁRIO CULTURAL BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1970

A ditadura militar brasileira tem sido objeto de estudo sob diversos temas e perspectivas: a política, os militares, a censura, as torturas, os camponeses, os indígenas, os direitos humanos, entre tantas outras possibilidades. Uma dessas perspectivas é a cultural.

Entre os vários significados e usos possíveis da palavra cultura, Norbert Elias destaca o termo alemão *Kultur*, que “alude basicamente a fatos intelectuais, artísticos e religiosos e apresenta a tendência de traçar uma nítida linha divisória entre fatos deste tipo, por um lado, e fatos políticos, econômicos e sociais, por outro”. O sociólogo traz o termo *Kultur* em oposição a *Zivilization*, que corresponderia mais a um sentido de produção, de modo de vida.

Os debates sobre a noção de cultura podem ser bastante intensos, mas a ideia de *Kultur* é a que cabe aqui – que também é o que Denys Cuche chama de cultura “compreendida em seu sentido vasto, que remete aos modos de vida e de

³⁶ A decisão pela utilização dos termos “cultura” ou “cultural”, nesse capítulo, toma emprestada a justificativa de Marcos Napolitano, na introdução de seu livro *Coração Civil*, de que “partiremos da noção de que ‘cultura’ é uma categoria que se manifesta a partir de vetores: o ‘espírito formador’ de um modo de vida global, que se expressa nas ‘atividades culturais’ como um todo (linguagem, arte, trabalho intelectual), e as expressões de uma ‘ordem social’, no seio da qual emergem culturas específicas (estilos de arte, tipos de trabalho intelectual) que podem ser consideradas produto direto de outras atividades da vida material”. NAPOLITANO, M. *Coração civil*. São Paulo: Intermeios: USP, 2017, p. 15.

pensamento”³⁷ – já que falaremos de comportamentos e manifestações intelectuais e artísticas de uma época.

Discorrer sobre todo o conjunto cultural e intelectual do Brasil nos anos 1970 e suas relações com o cenário político e social da época seria uma pretensão mais que ousada, mas impossível, para um único capítulo de uma dissertação. Por outro lado, esse tema não pode ser abandonado quando se pretende chegar à questão do *boom* psicanalítico – fenômeno ocorrido nessa década, de expansão da psicanálise, vindo ela a ocupar os mais diversos espaços, extravasando os limites da clínica – e do surgimento de uma “cultura psicanalítica” nesse mesmo período.

Falar do cenário cultural e intelectual dos anos 1970 exige contextualizar os acontecimentos da década anterior, caracterizada pelo pós-guerra, quando uma série de movimentos mundiais – surgimento dos hippies, das lutas feministas, da conquista de direitos para os negros no EUA, entre outros – aponta para um momento histórico de mudança de paradigmas nas ciências humanas.

Especificamente na América Latina, a segunda metade do século XX ficou marcada, na história, pela quantidade de governos ditatoriais militares vigentes: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai viveram estados de exceção entre as décadas de 1960 e 1980. Outros países como Venezuela e Peru conheceram essa realidade em décadas anteriores.

Diante de um discurso de ameaça comunista, o Brasil sofre um golpe civil-militar em 1º de Abril de 1964 e o país permanece sob o regime militar pelos próximos vinte e um anos. Entende-se que a ditadura brasileira pode ser dividida em 3 períodos:

- a) 1964 a 1968 – período de instituição e legalização do regime: “blindagem do Estado diante das pressões da sociedade civil e (...) despolitização dos setores populares (operários e camponeses)”³⁸.
- b) 1969 a 1978 – conhecidos como os “anos de chumbo”, a partir da publicação do AI-5: “Neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-

³⁷ CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 11.

³⁸ NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto. Versão em PDF, sem data. p. 72

cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira”³⁹.

- c) 1979 a 1985 – período de abertura política, com a lei da Anistia, movimento pelas eleições diretas para presidente e transição para a democracia.

Desde seu início, o regime militar disseminava um discurso conservador, que ganhava força principalmente na classe média. Mas também era dentro da classe média instruída que nasciam os movimentos culturais de esquerda, na época, cujas manifestações surgiam como forma de contestação ao poder vigente, conforme explicam Heloísa Holanda e Marcos Gonçalves: “o campo intelectual poderá desempenhar então, nessas condições, ainda que de forma não homogênea, um papel de ‘foco de resistência’ à implantação do projeto representado pelo movimento militar”⁴⁰.

O movimento estudantil foi um desses focos de resistência, com atuação bastante relevante contra a ditadura no país. Em 1964, o ano do golpe militar, a União Nacional dos Estudantes (UNE) já era bem organizada e tinha um papel político fundamental. Nesse sentido, o Brasil antecipava os acontecimentos do emblemático 1968, iniciado na França e propagado mundialmente.

1968 foi um ano definido por Zuenir Ventura como “um tempo apaixonado e apaixonante”⁴¹ e, ainda, como o “ano que não terminou” (expressão que dá nome a seu livro). Como resume Napolitano, “uma data mágica no imaginário coletivo da sociedade brasileira e mundial”⁴².

Holanda e Gonçalves se referem ao Maio de 1968 como “mitológico”⁴³: um mês que repercutiu mundialmente, dando início a um tempo de reivindicações, revoluções e resistências estudantis.

Além dos estudantes, entre as classes que denunciavam as estruturas sociais retrógradas e opressoras e lutavam por um ideal libertário estavam os trabalhadores, os intelectuais e os artistas. Hobsbawm se refere a 1968 como, provavelmente, o ano mais empolgante para os intelectuais da esquerda⁴⁴.

³⁹ *Ibidem*, p. 72.

⁴⁰ HOLLANDA, H. B. e GONÇALVES, M. A. *Cultura e participação nos anos 60*. 1982, p. 21.

⁴¹ VENTURA. *1968, o ano que não terminou*: a aventura de uma geração. 1988. p. 13.

⁴² NAPOLITANO, M. Apresentação. In: HAGEMEYER. *Caminhando e cantando*: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968. 2016, p. 13.

⁴³ HOLLANDA, H. B. e GONÇALVES, M. A. Op. cit. p. 69.

⁴⁴ HOBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias*: resistência, rebelião e jazz. 1998. p. 305.

Angélica Müller propõe pensar esse período histórico como o “acontecimento 1968”, alegando que “reduzir 68 a um único ano é não reconhecer o processo que o precede e aquele que lhe sucede. O ‘tempo de 68’ não pode ser reduzido somente aos 365 dias daquele ano calendário”⁴⁵, mas deve ser entendido “como um período de mudanças sociais, um período que conjuga mutação cultural e contestação política, o que pôde ser visto em escala mundial”⁴⁶. É um tempo, portanto, que se perpetua até mesmo na memória dos que não o viveram, pelas marcas que deixou até os dias de hoje com sua revolução social, comportamental e política.

Napolitano, em *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*, traz uma citação do artista plástico Hélio Oiticica, de 1968, a respeito de sua perspectiva para a arte brasileira a partir daquele momento da história:

A arte já não é mais instrumento de domínio intelectual, já não poderá mais ser usada como algo supremo, inatingível, prazer do burguês tomador de whisky e do intelectual especulativo. Só restará da arte passada o que puder ser apreendido como emoção direta, o que conseguir mover o indivíduo do seu condicionamento opressivo, dando-lhe uma nova dimensão que encontre uma resposta no seu comportamento.⁴⁷

1968 também foi ano em que o AI-5 entrou em vigor pelas mãos do presidente Costa e Silva, dando início aos “anos de chumbo” da ditadura. Uma vitória dos militares mais radicais, que desde o golpe de 1964 exigiam do governo poderes para eliminar os opositores por meio de práticas de intimidação e de medo. Foi a inauguração do período mais sombrio da ditadura militar, que durou até 1974, quando teve início certa abertura política. Sua revogação se deu, oficialmente, em 1978.

Durante a vigência do AI-5 a possibilidade de diálogo com as autoridades era uma utopia, ou uma farsa: “a saída autoritária do governo cortou os últimos canais de expressão do descontentamento”⁴⁸. Artistas, jornalistas e intelectuais eram os poucos

⁴⁵ MÜLLER, A. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de história*, [S. l.], n. 180, p. 1-21, 2021. p. 4. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/168586>. Acesso em: 09 ago. 2022.

⁴⁶ *Ibidem*, p. 4.

⁴⁷ NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 63.

⁴⁸ HAGEMEYER, R. R. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. 2016. p. 142.

atores sociais que mantiveram algum espaço para liberdade de expressão após o golpe, mas a nova onda autoritária, após esse decreto, recaiu com força sobre eles.

Apesar do AI-5, as críticas ao regime persistiram em certos segmentos. Nesse contexto, os espetáculos artísticos passaram a ser uma forma eficaz de aglutinação de pessoas e de mobilização do público para as questões políticas. Os grupos à frente desse movimento se uniam em torno de um mesmo lema: é proibido proibir.

Assim iniciam os anos 1970, nesse espírito de revolução dos costumes: críticas ao modelo tradicional de família, movimento feminista, mudanças no comportamento sexual, experiências com novas drogas, instrumentação política da arte popular e outras formas de transgressão. A parcela engajada da juventude buscava formas de manifestação avessas à política vigente e no campo da cultura nascia, por assim dizer, uma “postura contracultural”: um embate entre as pretensões de uma maior liberdade de comportamentos e a ditadura que se impunha.

Como sintetiza Napolitano, “findo o sonho revolucionário do final dos anos 1960, restaria ao segmento mais crítico da cultura brasileira construir o árduo caminho da resistência democrática. Esse seria o grande desafio cultural e político dos anos 1970”⁴⁹.

O autor faz uma síntese do que foi a cena cultural desta década:

Ao menos quatro tendências básicas configuravam uma cena cultural complexa e paradoxal, após o silêncio imposto ao rico debate político e cultural de 1968, pelo AI-5: o exílio e a censura impingidos aos principais artistas e intelectuais; o crescimento notável dos meios de comunicação de massa; a propagação ufanista do regime militar; e a busca de novos espaços e estilos de expressão cultural e comportamental.⁵⁰

A censura, portanto, segue sendo uma grande marca da ditadura militar, praticada tanto em prol dos ideais políticos do próprio regime quanto em nome dos “bons costumes”. Setemy destaca que

nos anos 1960 e 1970, o controle exercido pelo Estado no mercado de bens culturais não visava apenas coibir a abordagem de temas políticos, como a bibliografia a respeito da censura durante o regime militar costuma ressaltar. Assim como estas, as questões relacionadas ao comportamento e à moralidade eram vigiadas de perto e também representavam uma possível

⁴⁹ NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo; Contexto, 2001. p. 79.

⁵⁰ Idem. p. 81.

ameaça à estabilidade política do regime, às suas instituições e à segurança nacional.⁵¹

Esta censura moral, para além de uma censura política, não era praticada às claras e na maioria das vezes não era percebida pelo grande público.

Paralelamente às práticas de censura, acontece um expressivo crescimento econômico do país, denominado pela mídia pró-governo de “milagre brasileiro”, decorrente de uma política econômica de estímulo ao consumo por meio de crédito e de juros baixos – uma estratégia para ganhar a classe média - que perdurou até 1974.

A sociedade, anestesiada pelos efeitos desse crescimento, algumas vezes se mantinha alheia em relação a questões políticas. A vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 foi a “cereja do bolo” nas intenções do governo de fomentar um espírito ufanista na população.

Se o campo cultural foi lugar de resistência da esquerda, também foi utilizado pelo governo vigente como meio de propagação dos ideais conservadores. Este foi um período em que o Brasil testemunhou o grande desenvolvimento de sua indústria cultural, que com a modernização do país buscava um padrão internacional. Como explica Marcelo Ridenti, citado por Napolitano, “concomitante à censura e à repressão política, ficaria evidente na década de 1970 a existência de um projeto modernizador em comunicação e cultura, atuando diretamente por meio do Estado ou incentivando o desenvolvimento capitalista privado”⁵². São frutos desse movimento a massificação da televisão, o desenvolvimento da indústria fonográfica e o *boom* literário de 1975, revelando as novas tendências de um consumo cultural em “escala industrial”, como era o caso das trilhas sonoras de novelas e os livros em fascículos.

Os anos 1970, marcados por uma explosão midiática, foram a década em que a televisão se estabeleceu definitivamente na cultura e nos lares brasileiros, já se configurando como um instrumento de alienação e de manipulação da opinião pública. Ao lado do telejornalismo, as telenovelas se tornaram um fenômeno de audiência.

⁵¹ SETEMY, A. Liberdade e democracia não podem ser confundidas com anarquia e licenciosidade. In: FICO e GARCIA (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988)*: sociedade, música, telenovelas e livros. 2021. p. 58.

⁵² NAPOLITANO, M. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLENBERG e QUADRAT (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. 2010. p. 150.

As grandes emissoras de TV se estabeleceram nesse período e, por se beneficiarem dos incentivos do governo ao desenvolvimento da indústria cultural, evitavam conflitos e mantinham-se aliadas ao sistema. De um lado a indústria cultural, levava ao público, com grande poder de alcance e penetração, seus telejornais, telenovelas, programas de auditório e outras opções que caíam facilmente no gosto popular e, do outro, a cultura alternativa, engajada, subversiva para os padrões vigentes, acabou ficando relegada a espaços marginais ou clandestinos, dominados geralmente por estudantes universitários, produzindo seus materiais de uma forma mais artesanal e sendo consumida por um público mais restrito e seletivo.

Porém, cultura e contracultura dialogavam, já que havia interesses mútuos. Muitas vezes era na indústria cultural que os artistas de esquerda encontravam recursos financeiros para suas produções e, por sua vez, estes artistas chamavam atenção do grande público, o que interessava à indústria cultural. Um dos exemplos trazido por Napolitano⁵³ a respeito desses encontros é o da Rede Globo, acusada de ser aliada do regime militar, mas que contratava dramaturgos assumidamente de esquerda, inclusive comunistas.

Com a desaceleração do crescimento econômico, ainda na primeira metade da década de 1970, a sociedade brasileira mostra sua insatisfação por meio das urnas, com a derrota do partido vigente nas eleições de 1974.

Frente a esse cenário e ao fato de as guerrilhas não representarem mais uma ameaça, o governo Geisel, que assumiu naquele ano, deu início a um período de maior abertura política, após dez anos de ditadura no país. Isso não quer dizer que houve um cessamento dos atos de violência, pois nem todos os militares deixaram de lado as práticas violentas instituídas no estado de exceção.

O processo de abertura foi construído gradual e lentamente e estava mais relacionado às questões políticas do que à vigilância moral dos costumes, que demorou mais a afrouxar. A ampla censura às artes, à imprensa e à diversão permaneceu até o final do regime. Conforme explicam Fernandes e Sacramento, em um artigo sobre a censura imposta às telenovelas, “um dos principais argumentos na

⁵³ NAPOLITANO, M. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLENBERG e QUADRAT (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. 2010. p. 161.

historiografia sobre as motivações da censura no período da ditadura militar está concentrado na defesa da moral e dos bons costumes”⁵⁴.

Em 1976 o país passa a ser conduzido a um processo de transição para um governo civil democrático.

2.2 ESTABELECIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA PSICANÁLISE NO BRASIL ATÉ A DÉCADA DE 1970

Para melhor compreensão sobre a implantação do que chamamos de uma “cultura psicanalítica” nos anos 1970, faz-se necessário retomar os primeiros tempos da psicanálise no Brasil até o momento em que este fenômeno ocorre. E, em consideração ao leitor que não esteja familiarizado com o surgimento da psicanálise, não é demais dar um passo ainda mais atrás e registrar que a psicanálise foi fundada pelo médico neurologista austríaco Sigmund Freud, tendo seus primórdios na década de 1880. Nasceu com a proposta de ser um método clínico pautado na exploração do inconsciente por meio da fala, mais especificamente pela técnica da associação livre, mas logo extrapolou as fronteiras dos consultórios médicos e se tornou uma escola de pensamento. Freud explorou teoricamente tanto o campo do sujeito e seu psiquismo como também o campo social.

No Brasil, as primeiras referências à psicanálise se deram no meio psiquiátrico, na década de 1910. Mas é na década de 1920 que as teorias freudianas entram com mais força no país, por meio de duas vias: o *discurso higienista* e o *discurso modernista*, ou seja, uma via médica e uma via nas artes.

Nas décadas que se seguiram à abolição da escravidão no Brasil, ocorrida em 1888, havia uma ideia, defendida por alguns segmentos dirigentes da sociedade, de que a imposição de certos padrões sanitários e educacionais à população poderiam ser a solução para as crises políticas e para as mazelas enfrentadas pelos brasileiros, de modo a alavancar o processo de modernização do país. Nesse contexto aparece o que chamamos de *discurso higienista*, que defendia a promoção da saúde física e mental como dispositivo do projeto civilizatório da nação. Com o envolvimento

⁵⁴ FERNANDES, G. M. e SACRAMENTO, I. Liberdade, a melhor coisa do mundo: uma análise do processo de censura à Despedida de Casado (TV Globo, 1976). In: FICO e GARCIA (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988)*: sociedade, música, telenovelas e livros. 2021. p. 93.

da comunidade médica, especialmente a psiquiátrica, nesse projeto, o saber psicanalítico passa a ser incorporado às políticas eugenistas e higienistas impostas à sociedade no campo da saúde e da educação, em prol de questões de ordem, diagnóstico e práticas de controle social.

Figueira denomina esse tipo de fenômeno de “usos adaptativos e reducionistas da psicanálise difundida”⁵⁵. Segundo o autor, a psicanálise é “frequentemente utilizada pelas pessoas como uma fonte de princípios de boa saúde mental e de funcionamento maduro, ou seja, ela tende a ser usada no sentido de facilitar uma adaptação simples e não-problemática do indivíduo a seu ambiente”⁵⁶. Uma ideia equivocada, já que Freud nunca defendeu a ideia de uma “conduta normal” e a prática psicanalítica não tem como proposta a adaptação de indivíduos ou conduzi-los a um determinado padrão de comportamento.

Rocha entende que:

A Psicanálise surge num momento histórico em que ela se tornava necessária. Num momento histórico em que a psiquiatria precisava não somente de uma teoria que explicasse os fenômenos do universo psíquico, mas de uma prática que diversificasse e elitizasse mais o trabalho do psiquiatra no consultório particular, possibilitando, dessa maneira, melhores ganhos”.⁵⁷

Se, por um lado, começa-se a entender que os remédios não solucionam todos os casos e a eficácia do tratamento deve-se também à relação entre o médico e o paciente, por outro a adoção da psicanálise por médicos, no Brasil, aponta para o anseio por uma mudança de status da psiquiatria, e não à toa ela manteve esse caráter elitista até os anos 70, quando um novo cenário se instala e ela passa a ter penetração em camadas menos privilegiadas da população, com a expansão dos cursos de psicologia, a entrada da teoria lacaniana no país e iniciativas pontuais para criação de clínicas sociais de psicanálise, como se verá mais à frente.

No que diz respeito ao *discurso modernista*, o contato de alguns expoentes do movimento artístico com a psicanálise, como foi o caso de Oswald de Andrade,

⁵⁵ FIGUEIRA, S. *Freud e a difusão da psicanálise: estudos sobre a estrutura e o funcionamento do campo psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 7

⁵⁶ *Ibidem*, p.7.

⁵⁷ ROCHA, G. *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 59.

não se deu por meio dos médicos brasileiros, mas, sim, diretamente em viagens à Europa. Como explica Sagawa:

os modernistas brasileiros encontraram na obra de Freud uma fonte atualizada e atualizadora do seus ideais estéticos. A obra de Freud exerceu um papel renovador em termos do uso de um novo vocabulário, e foram muito profundas as suas repercussões. A psicanálise freudiana forneceu aos escritores modernistas uma nova visão, ou concepção, sobretudo dos conflitos psicológicos dos personagens e do processo de criação literária.⁵⁸

Pode-se afirmar que esse primeiro momento constituiu um período “autodidata” da psicanálise no Brasil, já que ainda não havia instituições psicanalíticas no país, o que não tardou a acontecer. Para se ter uma ideia mais clara sobre o início da institucionalização da psicanálise no Brasil, de forma resumida podemos pensar na seguinte linha do tempo:

1910: fundação da IPA (*International Psychoanalytical Association*), por Freud, no Segundo Congresso Internacional de Psicanálise, realizado em Nuremberg, na Alemanha.

1927: criação da *Sociedade Brasileira de Psychanalyse*, em São Paulo, por Durval Marcondes. O objetivo era deixar para trás o caráter autodidata da psicanálise no Brasil e “reunir as pessoas interessadas no estudo da teoria freudiana e fazer a divulgação dessas ideias”⁵⁹.

1928: publicação da *Revista Brasileira de Psychanalyse*, a primeira especializada no Brasil.

1951: filiação da Sociedade Brasileira de Psicanálise à IPA.

Gilberto Rocha, em *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*, explica que:

no período compreendido entre o início do século [XX] até o final dos anos trinta, a psicanálise estava limitada em sua utilização. Era empregada somente no âmbito da explicação dos fenômenos psíquicos, sendo separada de uma técnica terapêutica que atuasse na patologia.⁶⁰

⁵⁸ SAGAWA, R. A psicanálise pioneira e os pioneiros da psicanálise em São Paulo. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 23

⁵⁹ LINO, D. M. R., TABACOF, H. e MELO, V. M. (orgs). *História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006. p. 60

⁶⁰ ROCHA, G. *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p. 55

O que quer dizer que, neste período, ainda não havia um trabalho clínico de bases psicanalíticas.

Na década de 60 houve uma grande expansão da psicanálise no Brasil, e na década de 70, aqui acontece o denominado *boom* da psicanálise – havendo uma penetração das ideias psicanalíticas inclusive na sociedade leiga, formando uma espécie de “cultura psicanalítica”, tendo a entrada do lacanismo no Brasil como um de seus impulsionadores.

A chegada das ideias lacanianas foi um divisor de águas na psicanálise brasileira, tanto em termos de transmissão quanto de formação de analistas. Lacan propunha uma maior abertura da psicanálise, tanto para analistas quanto para analisantes, se opondo ao monopólio da IPA na formação de futuros psicanalistas, defendendo o acesso de não-médicos à formação e, conseqüentemente, tornando a psicanálise menos elitista.

O psicanalista Leandro dos Santos dedica todo um livro, intitulado *A psicanálise no Brasil antes e depois de Lacan: posições do psicanalista nessa história*⁶¹, a detalhar esse período e contar o que significou, para o cenário psicanalítico brasileiro, a entrada da teoria lacaniana. Segundo ele,

o principal efeito da chegada da teoria lacaniana foi o que chamou de desmedicalização da psicanálise: novas possibilidades de compreensão da extensão da clínica psicanalítica surgiram, além de um significativo abalo em termos de ressignificação do que até então se entendia por psicanálise no Brasil. Natural e previsivelmente houve reações contrárias dos psicanalistas mais antigos e de outras orientações teóricas, qualificando esses jovens lacanianos que surgiam como irresponsáveis, além de perigosamente desrespeitosos com a tradição vigente e, em última instância, destruidores da Psicanálise.⁶²

Essa proposta atraiu muitos jovens, que fizeram também o movimento de propagar a psicanálise nas universidades e na mídia. Não demorou para que formassem grupos de estudo para transmissão das teorias lacanianas e iniciassem um trabalho de tradução de suas obras. Em 1975 alguns desses jovens psicanalistas fundaram o Centro de Estudos Freudianos (CEF), orientado pelo ensino de Lacan.

Santos acredita que a introdução de Lacan no cenário psicanalítico brasileiro

⁶¹ SANTOS, L. *A psicanálise no Brasil antes e depois de Lacan: posições do psicanalista nessa história*. São Paulo: Zagadoni, 2019.

⁶² *Ibidem*, p. 82.

marcou, essencialmente, o fim da hegemonia de uma Psicanálise única, ditada pela IPA e sua representante oficial, a Sociedade Brasileira de Psicanálise, com seu modo quase inflexível de concepção de formação, acesso e, em especial, o reconhecimento daqueles que poderiam ser alcunhados de psicanalistas”⁶³.

Esse mesmo período foi marcado pela vinda de muitos psicanalistas argentinos ao Brasil, fugindo de uma ditadura feroz em seu país. Uma parte desses psicanalistas foi acolhida pelo Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo. Detalhes desse episódio são contados no livro *História do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*.

Os psicanalistas argentinos vieram para o Brasil com uma experiência diferente:

Era uma relação crítica com a Sociedade de Psicanálise ligada à IPA, a possibilidade de instituir uma formação fora dos marcos da psicanálise exercida pela Sociedade e uma série de trabalhos clínicos e institucionais engajados em projetos sociais e políticos coletivos e de esquerda. Era tanto uma experiência técnica como política que inseria a psicanálise em trabalhos com grupos coletivos, incluindo o atendimento à população da periferia.⁶⁴

Assim, eles trouxeram valiosas contribuições para a psicanálise brasileira, como a familiaridade com a teoria lacaniana e uma bagagem de inserção da psicanálise em trabalhos de saúde mental, como hospitais psiquiátricos, hospitais gerais e clínicas sociais.

2.3 UMA “CULTURA PSICANALÍTICA”

Como explicar a difusão da psicanálise em determinada sociedade, em determinado tempo? A própria psicanálise nunca desenvolveu uma teoria própria a respeito dessa questão, mas alguns psicanalistas têm buscado entender esse fenômeno, tanto no aspecto geral, quanto no caso específico de seus países, como nos revelam alguns livros direcionados a esse tema, todos usados e referenciados nesta pesquisa: *Sociedade, cultura, psicanálise* (Renato Mezan), *Cultura psicanalítica*

⁶³ *Ibidem*, p. 90.

⁶⁴ LINO, D. M. R., TABACOF, H. e MELO, V. M. (orgs). *História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006. p. 79.

(Ian Parker), *Cultura da psicanálise, Freud e a difusão da psicanálise* e *Efeito psi: a influência da psicanálise* (os três de Sérvulo Augustp Figueira), *Freud en las pampas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*. Além desses, as obras mais gerais sobre história da psicanálise também buscam dar conta dessa questão, mesmo que de maneira mais pontual, buscando compreender as maneiras pelas quais a psicanálise se instala, se espalha e persiste.

Mas o que significa uma “cultura psicanalítica? Sérvulo Figueira explica que “A cultura psicanalítica resulta (...) de um intenso e extenso processo de difusão que levou a influência psicanalítica a muitas áreas significativas da cultura, como os domínios acadêmicos, artísticos e do cotidiano”⁶⁵.

O psicólogo e psicanalista Ian Parker, em seu livro *Cultura Psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*, entende que a necessidade de elaborar explicações psicológicas para as questões sociais e culturais nasceu com o desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, a psicanálise, mais propriamente, fornece ao público leigo um arcabouço teórico e um vocabulário que buscam dar conta não somente dos fenômenos clínicos, mas também de explicar o social. A partir dessa ideia o autor faz uma análise minuciosa e crítica da psicanálise como discurso, ou uma rede de discursos, que cria “regimes de verdade”⁶⁶ que ditam o que faz sentido e o que não faz.

O que o autor denomina de *nova intelligentsia freudiana* tem a aparência de “algo acessível” e diversas teorias sociais passaram a ser criadas a partir desse saber, utilizando a psicanálise como um dispositivo de avaliação e de controle civilizador sobre aquilo que os detentores desse saber consideram primitivo ou inferior – não-civilizado, no caso.

Essa mesma percepção de “algo acessível” também fez com que, na ordem natural das coisas, o “público comum” acabasse incorporando as ideias psicanalíticas ao seu entendimento do mundo, das questões individuais e sociais. É o que Figueira (1994) chama de “status negativo da psicanálise difundida”:

noções, ideias e termos psicanalíticos utilizados pelo público e por profissionais poucos familiarizados com a psicanálise, costumam ser

⁶⁵ FIGUEIRA, S. *Efeito psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.134.

⁶⁶ PARKER, I. *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006. p. 24.

considerados como distorção, enfraquecimento, adulteração, popularização, vulgarização, abastardamento, simplificação, diluição, expurgação, etc. da psicanálise”.⁶⁷

O próprio Freud, em sua obra, demonstrou preocupação com a questão da difusão da psicanálise, mais ou menos no sentido de que, se ela estava se tornando popular, é porque não estaria sendo bem compreendida. Ou seja, à medida em que a psicanálise penetra no cotidiano e na linguagem populares, isso ocorre a partir de um imaginário social a respeito dela, o que tende a deixar de lado qualquer rigor teórico sobre seus conceitos.

Figueira nos diz que, quando uma “cultura psicanalítica” se instala,

É possível encontrar psicanálise, analistas, pacientes, teorias psicanalíticas, fragmentos de pensamento analítico, o ponto de vista analítico, etc. em quase todos os meios de comunicação, em anúncios, em textos de capa de disco, em telenovelas, em entrevistas de artistas e atores famosos, no *curriculum vitae* de pessoas que dizem estar em análise com o analista A ou B, nas brigas entre pais e filhos, nas separações de casais, no modo de viver a gravidez, e em muitos outros quadrantes da vida cotidiana”.⁶⁸

Como os fatos se relacionam sistematicamente, podemos supor que alguns acontecimentos próprios dessa época convergiram para a expansão da psicanálise, e das práticas psi em geral, no Brasil. Além das próprias mudanças institucionais já mencionadas, que permitiram que ela extrapolasse as fronteiras das sociedades ligadas à IPA, também podemos enumerar alguns fatores externos:

- a) a figura do psicólogo, uma novidade na época, que por sua vez tornava mais acessível o acesso às diferentes propostas de psicoterapias;
- b) o milagre econômico, que permitia que uma parcela maior da população tivesse acesso a esses tratamentos;
- c) o crescimento dos meios de comunicação, que penetravam cada vez mais nos lares levando todo tipo de conhecimento;
- d) o próprio cerceamento à liberdade de expressão tornava o ambiente clínico um lugar privilegiado e seguro para a falar.

⁶⁷ FIGUEIRA, S. *Freud e a difusão da psicanálise: estudos sobre a estrutura e o funcionamento do campo psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. p. 5.

⁶⁸ Idem. *Efeito psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1988. p. 134.

A popularidade das teorias freudianas se fez tão grande a ponto de surgir o popular jargão “Freud explica”, indicativo das novas possibilidades de compreensão que elas podem trazer sobre as questões do indivíduo e do social.

Se pensarmos no cenário cultural e intelectual da década de 1970, nas mudanças de paradigmas das ciências humanas, próprias daquela época, e na revolução de costumes e de comportamentos, faz sentido pensar a grande receptividade que teve uma teoria que traz à luz a existência do inconsciente, que privilegia a sexualidade humana, que estabelece que a cura para os males psíquicos pode se dar através da fala e da livre associação e que oferece tantas explicações que subvertem o status daquilo que era tido, até então, como saber absoluto da medicina.

A instalação de uma “cultura psicanalítica” não ocorreu somente no Brasil, mas também na vizinha Argentina. Por tudo o que se sabe é possível afirmar que, lá, a psicanálise é ainda mais forte, até os dias de hoje. Mariano Ben Plotkin explora em profundidade esse fenômeno no já citado *Freud en las pampas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*, cuja introdução começa da seguinte maneira:

Um dos aspectos mais surpreendentes da nossa cultura urbana aos visitantes estrangeiros quando visitam a Argentina é a enorme presença da psicanálise. De políticos a gerentes de bancos, de estrelas de novelas até motoristas de táxi, e também alguns soldados, todos eles parecem ter a necessidade de usar conceitos de origem psicanalítica para expressar suas preocupações diárias.⁶⁹

O autor trabalha com a hipótese de que esse fenômeno é resultado de um processo histórico, da forma como a psicanálise circulou em diversos grupos desde a entrada no país e, em uma perspectiva sociológica, do referencial que ela ofereceu como possibilidade de compreensão das mudanças aceleradas da modernidade e dos desafios que esta trouxe para a sociedade e para os sujeitos. Plotkin avança a possibilidade de a psicanálise ter entrado na Argentina como um substituto da religião,

⁶⁹ PLOTKIN, M. B. *Freud en las pampas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003. p.13. Tradução livre do trecho em espanhol: “Uno de los aspectos de nuestra cultura urbana que más sorprende a los visitantes extranjeros cuando visitan la Argentina es la enorme presencia del psicoanálisis en la misma. Desde políticos hasta gerentes de banco, desde estrellas de teleteatros hasta choferes de taxis, y también algunos militares, todos ellos parecieran necesitar del uso de conceptos de origen psicoanalítico para expresar sus preocupaciones cotidianas.”

no sentido de ensinar a lidar com o sofrimento. Um processo não muito diferente do que ocorreu no Brasil, mas que lá resultou em uma forma distinta de estar e de se posicionar, com uma inclinação progressista muito mais visível.

Contudo, apesar da força da psicanálise nos dois países, dos nomes expressivos que surgiram em ambos, nenhum deles desenvolveu uma escola psicanalítica própria e distinta.

3 HISTÓRIA ORAL

Este capítulo se divide em três momentos. No primeiro, apresento a justificativa e uma revisão bibliográfica sobre a metodologia escolhida para essa pesquisa: a história oral. Na sequência, trago um tópico sobre história oral, memória e psicanálise, em que falo desses três conceitos, suas teorias e onde se entrelaçam.

Na terceira parte, falo sobre a “pesquisa de campo”, como ela aconteceu, como foi a escolha dos depoentes e a coleta dos depoimentos, as dificuldades enfrentadas e todo o processo até ter os depoimentos prontos para serem usados nessa dissertação.

3.1 A ESCOLHA DA HISTÓRIA ORAL

Neste ponto já é sabido que o Brasil conta com um grande número de produções acadêmicas sobre psicanálise e ditadura. Não há como falar da história da psicanálise no Brasil, e em tudo o que se tem produzido sobre esse tema, sem se deter nesse período.

No entanto, nenhuma dessas produções foi realizada exclusivamente por meio da história oral, que é a proposta dessa pesquisa. A história oral é definida por Portelli como “uma forma específica de discurso” que “evoca uma narrativa do passado”⁷⁰. Assim, esta pesquisa tem a intenção de acrescentar o potencial da história oral ao tema, bem como conferir personalidade ao que já está posto sobre ele, pois, como propõe Verena Alberti, a peculiaridade da história oral “decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu”⁷¹. Ainda em defesa da história oral, trago a afirmação de Ecléa Bosi de que “A história, que se apoia unicamente em documentos oficiais, não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios”⁷², o que justifica o valor da subjetividade de cada depoimento.

⁷⁰ PORTELLI, A. história oral como gênero. In: *Proj. história*, São Paulo, (22). p. 10. jun. 2001

⁷¹ ALBERTI, V. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 16.

⁷² BOSI, E. *Tempo vivo da memória*: ensaios de psicologia social. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022. p. 15.

Usando um termo bastante próprio de nossa época, seria correto afirmar que o psicanalista é um “especialista” em escutar as pessoas? Pois é da escuta que acontece a clínica psicanalítica. Parece natural, portanto, que ao se propor a realizar uma pesquisa sobre um fato, um tempo ou um fenômeno histórico, o psicanalista queira também escutar. Essa escuta analítica pode, inclusive, se mostrar como um dispositivo a favor do pesquisador que trabalha com história oral, no sentido de facilitar a escuta histórica.

Conheci a história oral como possibilidade metodológica de pesquisa em história enquanto era aluna da disciplina de História e Memória, a primeira que cursei na pós-graduação em história da UFPR, como “disciplina isolada”, pois ainda não havia ingressado no programa. O primeiro texto utilizado na disciplina fazia parte da obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, de Ecléa Bosi⁷³, também uma psicóloga. Ali precocemente descobri que gostaria de realizar uma pesquisa a partir da história oral. O que eu ainda não sabia é que meus depoentes seriam “velhos psicanalistas”.

Depois de Ecléa Bosi, tomei contato com textos de Joel Candau, Jacques Le Goff, Paul Ricoeur, David Lowenthal, Michael Pollak, entre outros autores que escrevem sobre memória. E algo que para mim foi bastante inesperado ou surpreendente foi que, apesar de nenhum deles ser psicólogo ou psicanalista, é corriqueiro que recorram a conhecimentos e conceitos da psicologia e, especialmente, da psicanálise, em seus textos. Pode-se pensar, de fato, na obviedade de ter que se recorrer aos conceitos “psi” para falar de memória.

A memória é um assunto intensamente debatido enquanto faculdade cognitiva, principalmente com os avanços da neuropsicologia e a recente propagação dessa disciplina. A neuropsicologia atua na compreensão de como aspectos fisiológicos e biológicos atuam nas funções mentais, entre elas a memória. Nesta ciência a preocupação é dirigida à questão das medidas de capacidade, bem como à manutenção e perda dessa função.

A história e a psicanálise, por sua vez, pensam a memória independentemente das funções neurológicas ou das capacidades cognitivas. Como bem aponta Paul Ricoeur, “podemos desenvolver um discurso ético e político sobre a

⁷³ BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

memória – e empreender atividades científicas especializadas em várias ciências humanas – sem mesmo mencionar o cérebro”⁷⁴.

No entanto, à medida em que avancei nos meus estudos de História, as ideias e conceitos psicanalíticos permaneceram sendo intensamente utilizados nos textos propostos pelos professores, o que me levou a criar o seguinte “jargão pessoal”, que utilizei em muitos dos meus trabalhos de conclusão de disciplina: “são muitos os encontros entre psicanálise e história”.

Peter Gay (1989) afirma que

Nada é mais sedutor do que fazer, sem garantias, analogias entre a psicanálise e outras disciplinas, um pouco diferentes dela. Tanto a história quanto a psicanálise são ciências da memória, ambas estão profissionalmente comprometidas com o ceticismo, ambas rastreiam as causas no passado, ambas procuram penetrar por trás de confissões piedosas e evasões sutis. A história e a psicanálise parecem, assim, destinadas a colaborar em uma pesquisa fraternal pela verdade no passado.⁷⁵

Em determinado momento, propus-me a esquematizar as maneiras que esses encontros poderiam acontecer, chegando às seguintes possibilidades:

- a) a psicanálise como objeto da história: quando, por exemplo, se estuda a história da psicanálise, a história da psicanálise no Brasil e, no caso da presente pesquisa, a história da psicanálise nos contextos de ditaduras sul-americanas;
- b) a psicanálise como um “elemento”, quase uma personagem, que aparece em determinados fatos, períodos ou análises históricas. Por exemplo, em uma das disciplinas cursadas, utilizamos um texto sobre a censura da novela *Despedida de casado*⁷⁶, de 1976, em que a psicanálise é percebida como uma ameaça à família e à sua capacidade de resolver os próprios problemas;
- c) a psicanálise como ponto de partida para analisar os discursos, os significantes e as representações sobre as quais se constroem as

⁷⁴ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007. p. 432.

⁷⁵ GAY, P. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 167.

⁷⁶ FERNANDES, G. M.; SACRAMENTO, I. "Liberdade, a melhor coisa do mundo": uma análise do processo de censura à *Despedida de Casado* (TV Globo, 1976). In: FICO, C.; GARCIA, M. (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988): sociedade, música, telenovelas e livros*. Salvador: Sagga, 2021.

narrativas históricas. Se nos propuséssemos, por exemplo, a analisar discursos dos governantes da ditadura;

- d) a psicanálise como teoria utilizada pela história para analisar e compreender fatos sociais e conceitos históricos. Este talvez seja o ponto em que há mais encontros.

No contexto desta pesquisa, acredito que poderia ter acrescentado a essa lista mais uma possibilidade de intersecção entre as duas áreas, que é a escuta de memórias. Pollak, em *Memória, esquecimento, silêncio*⁷⁷, adverte que os relatos, em história oral, pressupõem o encontro de uma escuta. O trabalho clínico de um psicanalista também só é possível pela via da escuta de um material psíquico que, em grande parte, constitui-se de memórias.

É provável que Gay, em *Freud para Historiadores*, e todos os outros autores que se propuseram a escrever sobre psicanálise e história, já tivessem contemplado todas as possibilidades desse encontro muito antes de mim, mas, na época em que esquematizei essas ideias, ainda não havia tido contato com esses textos.

A partir do que Verena Alberti ensina em seu *Manual de história oral*, que “uma pesquisa de história oral pressupõe sempre a pertinência da pergunta ‘como os entrevistados viam ou veem o tema em questão?’”⁷⁸, o que se pretendeu obter com essa pesquisa foram testemunhos que pudessem conferir personalidade a respeito do que já se sabe sobre esse capítulo da história da psicanálise no Brasil. Nenhuma versão da história dá conta de sua totalidade, por isso, cada vivência relatada em uma entrevista de história oral traz novas nuances ao que já se conhece sobre os fatos.

Araújo e Santos explicam em seu artigo *História, memória e esquecimento: implicações políticas*, que as memórias supõem a existência de contextos traumáticos, resultantes de “genocídios, ditaduras e tiranias”⁷⁹ por isso se entendeu adequado propor um estudo de memória sobre um tempo de história em que alguns países sul-americanos foram submetidos a regimes ditatoriais.

⁷⁷ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989. p. 6.

⁷⁸ ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 30.

⁷⁹ ARAÚJO, M. P. N. e SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 79, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/728>. Acesso em 05 de setembro de 2020. p. 105.

Beatriz Sarlo relata que “quando acabaram as ditaduras do sul da América Latina, lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado”⁸⁰ e que

os crimes de ditadura foram exibidos em meio a um florescimento de discursos testemunhais, sobretudo porque o julgamento dos responsáveis (como no caso argentino) exigiram que muitas vítimas dessem seu testemunho como prova do que tinham sofrido e do que sabiam que outros sofreram até morrer.⁸¹

Esses testemunhos validam e nos aproximam dos fatos históricos. Para Verena Alberti o valor da história oral reside em que ela “faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu – e, por isso dá vida – às conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes”⁸².

Em detrimento de sua potencialidade, e de ser “um meio de ampliação de conhecimento sobre o passado”⁸³, a história oral já foi alvo de muitas críticas por parte de alguns historiadores, especialmente aqueles que costumam trabalhar com documentos. Essas críticas podem estar datadas e, de fato, há uma abertura e aceitação cada vez maiores da história oral como método, mas é importante registrar sob qual aspecto ela já foi, e às vezes ainda é, questionada. Não posso deixar de relatar que, na busca por depoentes para essa pesquisa, uma das negativas que recebi teve como argumento críticas à história oral, no sentido de que, se a psicanálise é estruturalista, a história oral só poderia acrescentar a ela certos “detalhes românticos” que não são essenciais.

Verena Alberti revela inquietação semelhante por meio de um questionamento: “Em que medida a experiência individual pode ser representativa? Até que ponto uma história de vida fornece informações sobre a história da sociedade?”, para o qual ela mesma fornece a resposta: “Elas mostram o que é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo e ilustram formas típicas de comportamento”⁸⁴. Seu argumento leva a concluir que, mesmo se partirmos de uma

⁸⁰ SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007. p. 45.

⁸¹ *Ibidem*, p. 46.

⁸² ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 14.

⁸³ Idem. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 29.

⁸⁴ Idem. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 23.

visão estruturalista da história, a história oral não se mostra inadequada ou contraditória.

Alistair Thomson explica que muitas das ressalvas feitas à história oral costumam ter como alegação o fato de que ela “não é confiável como fonte histórica”⁸⁵, o que resulta na tendência de utilizá-la somente como “outra fonte”, como maneira de descobrir “como aconteceu realmente”⁸⁶.

De modo geral essas críticas se concentram em dois pontos: a *subjetividade da história oral*, que se opõe aos ideais de objetividade e de neutralidade bastante almejados na história, e a *problemática da passagem do individual para o social* ou para coletivo.

Sobre a *subjetividade da história oral*, Verena Alberti adverte que a entrevista é uma versão “editada” do passado, já que seria impossível reproduzi-lo na íntegra – “como em um filme, a entrevista revela pedaços do passado, encadeados em determinado sentido no momento em que são contados e em que perguntamos a respeito”⁸⁷. E essa edição está condicionada tanto à subjetividade do entrevistador quanto a do entrevistado.

Da parte do entrevistador, é sobre os objetivos definidos para a sua pesquisa, sobre como ele elabora o roteiro de perguntas, como encadeia a sequência de ideias que constrói esse roteiro e como interage com o entrevistado. Da parte do entrevistado, como ele se sente hoje em relação ao passado, como ele ressignificou suas vivências, que sentidos elas têm na realidade atual e a forma como ele é abordado pelo entrevistador.

No caso dessa pesquisa com os “velhos psicanalistas”⁸⁸, se os depoimentos fossem livres de qualquer intervenção da pesquisadora, ou seja, se os depoentes não soubessem quem sou, o que pesquiso e quais informações busco, se não houvesse um roteiro, se eles simplesmente fossem convidados a falar de seu passado livremente, a contar suas histórias da forma mais aberta possível, quem sabe o que me contariam? Em que ponto da história as memórias individuais se tornariam

⁸⁵ THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Proj. história*, São Paulo (15), abril, 1997. p. 51.

⁸⁶ *Ibidem*, p. 52.

⁸⁷ ALBERTI, V. *Ouvir contar*: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 15.

⁸⁸ Termo utilizado em alusão à expressão “lembranças de velhos”, presente no título do livro de *Memória e sociedade*: lembranças de velhos, de Eclea Bosi. In: BOSI, E. *Memória e sociedade*: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

memórias coletivas? Os acontecimentos da ditadura estariam presentes em suas memórias? Seriam espontaneamente selecionados pelos depoentes? Não temos essas respostas. Conhecendo, hoje, um pouco da história de cada um deles, eu arriscaria afirmar que todos eles falariam de psicanálise, mas nem todos dariam ênfase à política e à ditadura.

Mas, se o aspecto subjetivo é o que torna a história oral uma fonte questionável para alguns historiadores, há muitos contrapontos a essa crítica, já que é justamente nesse aspecto que reside também sua fortaleza. Thomson, por exemplo, argumenta que os críticos possivelmente “não conseguiam enxergar como o processo de afloramento de lembranças poderia ser a chave para ajudá-los a explorar os significados subjetivos das experiências vividas e a natureza da memória individual e da memória coletiva”⁸⁹.

Valéria Magalhães, no artigo em que publica uma entrevista realizada com Ronald Grele, considerado uma referência teórica em história oral, afirma que, para ele

o entrevistado não seria simplesmente uma fonte informacional de pesquisa, mas integraria o próprio processo de análise. Essa interação entre entrevistador e entrevistado traria à tona o confronto de perspectivas que existe entre eles. O historiador seria responsável por fornecer uma estrutura analítica que permitiria ao entrevistado ir a fundo em sua descrição de eventos vividos, criando juntos uma explicação mais profunda e rica sobre o passado.⁹⁰

Portelli, em sua análise sobre *A filosofia e os fatos*, corrobora com esta opinião ao criticar a ideia de uma distinção entre os fatos (a narrativa) e a filosofia dos fatos (a interpretação, a atribuição de sentido):

nenhuma pessoa aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a

⁸⁹ THOMSON, A. Reconstruindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Proj. história*, São Paulo (15), abril, 1997. p. 52.

⁹⁰ MAGALHÃES, V. B. Entrevista com Ronald Grele: considerações sobre história oral. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45. Set-dez. 2020. p. 560. Disponível em <https://doi.org/10.1590/2237-101X02104501>. Acesso em 28/01/2023.

subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados⁹¹.

Ecléa Bosi também explora essa questão e afirma que, nas memórias, “o passado é trabalhado qualitativamente pelo sujeito”⁹².

Thomson alerta que o pesquisador deve manter seu interesse tanto no conteúdo das memórias quanto nos processos de afloramento das lembranças⁹³ pois, como adverte Portelli “se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais”⁹⁴.

Um segundo questionamento que se faz à história oral, muito próximo e até entrelaçado à questão da subjetividade, é sobre a *problemática da passagem do individual para o social*, ou para o coletivo.

Portelli levanta essa problemática quando afirma que “a impossibilidade de passar do individual ao social tornaria inutilizáveis para fins científicos as fontes orais e as memórias, na medida em que a subjetividade constitui seu próprio argumento”⁹⁵. No entanto, no decorrer do seu texto *A filosofia e os fatos*, utilizando o icônico exemplo das 0,7 chibatadas que cada escravo recebia por ano, ele demonstra que, assim como a história oral pode esbarrar nessa limitação, as metodologias quantitativas em história apresentam como falta a ausência dos porquês, dos sentimentos, dos pensamentos, dos motivos, além da dificuldade de lidar com números que, na prática, revelam-se uma falsificação, já que, “é literalmente impossível açoitá-la uma pessoa 0,7 vezes”⁹⁶.

O sociólogo Maurice Halbwachs é o criador do conceito de *memória coletiva*, a partir da ideia de que nenhuma lembrança pode existir isolada de um grupo social. Para Halbwachs a memória individual

⁹¹ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996. p. 60.

⁹² BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 68.

⁹³ THOMSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Proj. história*, São Paulo (15), abril, 1997. p. 54.

⁹⁴ PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 62.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 61.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 61.

não é totalmente isolada e fechada. Para evocar o próprio passado, um homem muitas vezes precisa recorrer às memórias dos outros. Ele se volta para pontos de referência que existem fora dele e que são fixados pela sociedade. Além disso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas emprestou de seu meio.⁹⁷

Ou seja, a recordação é individual, mas está ancorada em uma construção coletiva do passado, que por sua vez tem como referência determinado tempo e determinado espaço. Se elegermos um recorte temporal e um recorte espacial como referência – Brasil e Argentina na década de 1970 – todos os depoentes desta pesquisa compartilham de um mesmo passado histórico. Ao mesmo tempo em que viviam suas histórias pessoais – formação, trabalho, casamentos, nascimentos, mortes e uma infinidade de acontecimentos – viviam também a história coletiva – a ditadura militar em seus países. É nessa história coletiva que as memórias individuais se encontram.

Os postulados de Halbwachs sobre a memória coletiva encontram eco no pensamento de Paul Ricoeur, quando este afirma que recordar é, em si só, um ato de alteridade⁹⁸.

O historiador Joel Candau faz um confronto entre as ideias de memória individual e memória coletiva. Para ele, enquanto faculdade mental, a memória é sempre individual. A memória coletiva seria possível somente em termos de uma metamemória, ou seja, de uma representação, “um enunciado que membros de um grupo vão produzir a respeito de uma memória supostamente comum a todos os membros desse grupo”⁹⁹. É a “descrição de um compartilhamento hipotético de lembranças”¹⁰⁰. Hipotético porque, de acordo com o conceito de *retóricas holistas*, introduzido por ele, é possível pensar em conjuntos supostamente estáveis, duráveis e homogêneos somente por meio de generalizações, o que levaria a inferir a existência de uma memória coletiva ou de uma identidade cultural no interior de um grupo a partir da observação sempre singular de alguns indivíduos, membros desse grupo.

⁹⁷ HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Edição do Kindle. p. 41

⁹⁸ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

⁹⁹ CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 24.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 25.

O historiador Fernando Catroga se une a Candau quando questiona se a ideia de memória coletiva seria “uma ilusão holística (...) incompatível com a atual reivindicação da subjetividade e com a contestação da autossuficiência e da autonomia das totalidades sociais”¹⁰¹. Por isso ele acredita ser necessário diferenciar a memória social da memória coletiva, que correspondem, respectivamente, à ideia de sociedade e sociedades:

enquanto a primeira se supõe ser uma criação social espontânea e eterna, a segunda refere-se ao modo concreto e histórico como os vários grupos constroem e transmitem o passado comum. Deste modo, as memórias coletivas, com as suas pluralidades muitas vezes irredutíveis, inscrevem-se na memória social, fundo matricial que, mesmo quando aquelas se extinguem, permite acreditar na continuidade do tempo social e possibilitar a gênese de novas memórias coletivas e históricas.¹⁰²

Não se pode finalizar uma elaboração sobre memória e história oral sem se falar de esquecimentos e silêncios. Em seu artigo *Memória, esquecimento, silêncio*¹⁰³, Pollak traz exemplos e enumera motivos para os não-ditos: lembranças que são proibidas, lembranças que são indizíveis e lembranças que são vergonhosas. Portanto, podemos afirmar que a memória é seletiva tanto por aquilo que o depoente consegue ou não lembrar – o esquecimento – quanto por aquilo que ele escolhe revelar ou não – o silêncio. Entre médicos, psicólogos e psicanalistas, por exemplo, o silêncio pode advir da própria ética da profissão, de não poder revelar aquilo que envolve os casos clínicos e os conteúdos dos pacientes.

Segundo Pollak, os “excluídos, marginalizados ou minorias” seriam os grupos privilegiados pela história oral, em uma espécie de disputa contra a memória nacional dominante. Ulpiano de Meneses, em *História, cativa da memória?*, traz a ideia de uma “amnésia social”, uma espécie de “esquecimento programado” na história, que atinge principalmente esses grupos, e, segundo autor, a história oral seria uma maneira de dar voz aos silenciados¹⁰⁴.

¹⁰¹ CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Portugal, Coimbra: Quarteto, 2001. p. 17.

¹⁰² *Ibidem*, p. 19.

¹⁰³ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989. p. 8.

¹⁰⁴ MENESES, U. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do instituto de estudos brasileiros*. SP, 34:9-24, 1992. p. 18.

No caso específico do grupo escolhido para esta pesquisa, “os psicanalistas” – é esta denominação identitária, bem como o compartilhamento de um tempo e de um espaço que fazem com que entre eles exista uma memória coletiva. Nem todos pertenceram a minorias ou passaram por exclusão nos tempos de ditadura militar no Brasil, mas tomados individualmente, consideradas suas histórias pessoais e suas participações, somos levados a crer que, se há motivos para esquecer ou silenciar entre esses depoentes, eles são muito mais de ordem individual do que coletiva.

3.2 MEMÓRIA, HISTÓRIA ORAL E PSICANÁLISE

Esta pesquisa tem a psicanálise como tema e, por outro lado, a teoria psicanalítica tem a memória como um de seus temas. A forma como a psicanálise se refere à memória é muito próxima do que se vê na história oral. Na leitura freudiana, o aparelho psíquico é um aparelho de memória e de linguagem, o que permite também que pensemos a memória e a história oral a partir dessa perspectiva.

O historiador francês Jacques Le Goff diz que “o conceito de memória é crucial”, seguindo com a reflexão que ele faz de que o entendimento e o estudo da memória, dentro de qualquer uma das ciências “psi”, “podem evocar, de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social”¹⁰⁵.

No universo “psi” a memória não é um conceito exclusivo da psicanálise, mas vem, antes, da psicologia. Para a psicologia, a memória humana é uma “faculdade cognitiva”, é a capacidade de codificar, armazenar e recuperar informações obtidas através de vivências, aprendizagens e fatos ouvidos.

Para a história e para a psicanálise, a memória pode ser pensada como um acervo, que está sempre relacionado ao tempo. Quando alguém fala de si, ou dos acontecimentos que vivenciou ou que testemunhou, fala de si em uma determinada temporalidade. A diferença é que a psicanálise opera com o tempo lógico, enquanto a história opera com o tempo cronológico. O conceito de tempo lógico, trazido por Jacques Lacan em *Escritos*¹⁰⁶, traz a ideia de um fenômeno circunstancial que se

¹⁰⁵ LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013. p. 387-388.

¹⁰⁶ Ver mais sobre o conceito de “tempo lógico” em LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

realiza a partir da lógica de cada sujeito e que acontece por meio do desenrolar de cadeias significantes e da forma como as narrativas se inter-relacionam. É um tempo próprio de operação do inconsciente, que não coincide com o tempo cronológico.

As questões sobre a memória sempre estiveram presentes nos textos de Freud e na construção da teoria psicanalítica. Como a psicanálise surgiu de forma empírica, ao longo da elaboração de sua teoria Freud foi revisitando, revendo e redefinindo seus conceitos, e desta forma desenvolveu suas ideias sobre a memória.

No momento em que Freud formulou a sua primeira tópica do aparelho psíquico (no texto sobre o “bloco mágico”, de 1925¹⁰⁷), ele pôde estabelecer a relação entre a memória e cada um desses “lugares” (topos) do aparelho psíquico: inconsciente, pré-consciente e consciente. O consciente seria a camada mais externa, que recebe os estímulos (imagens, palavras, “traços”...) e de certa forma suaviza essas entradas no aparelho. O pré-consciente (ou sistema perceptivo-consciente) é uma segunda camada, logo atrás do consciente, que recebe esses estímulos suavizados. É aqui que Freud vai além, “descobrimo” então o inconsciente, entendendo-o como um sistema psíquico independente da consciência e dotado de atividade própria, com suas leis e regras. É para o inconsciente que vão os conteúdos recalcados, aqueles que apresentam tanto contraste com os processos conscientes, e por isso são tão conflitivos, que o indivíduo resiste a eles.

A função do inconsciente corresponde exatamente a duas colocações que o historiador David Lowenthal faz sobre a memória: que é necessário esquecer, assim como recordar e que, para que a memória faça sentido, devemos esquecer quase tudo o que vimos¹⁰⁸. Retornamos, então, ao que Pollak diz sobre os silêncios e esquecimentos: “existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, ‘não-ditos’. As fronteiras desses silêncios e ‘não-ditos’ com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento”¹⁰⁹.

¹⁰⁷ FREUD, S. (1925) Uma nota sobre o “bloco mágico”. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996 p. 281-290.

¹⁰⁸ LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: *Proj. História*. São Paulo, (17), nov. 1998, p. 77 e p. 94.

¹⁰⁹ POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989. p. 8.

A partir dessa visão de Freud sobre o aparelho psíquico, entendemos que a consciência recebe estimulações, mas delas não retém qualquer traço. Ela apenas os transmite para os sistemas mnemônicos pré-conscientes e inconscientes, que por sua vez são capazes de armazenar de forma permanente e fazer relações entre os conteúdos recebidos. Portanto, a memória está localizada, de formas diferentes, no pré-consciente e no inconsciente. No pré-consciente ficam os conteúdos esquecidos sob a ação do tempo e, no inconsciente, ficam os conteúdos recalçados, aqueles que o indivíduo não é capaz de lidar de forma consciente.

E seria possível ao indivíduo acessar esses conteúdos? Sim. Muitos dos conteúdos “esquecidos”, aqueles que em algum momento foram registrados de forma consciente e depois “armazenados” no pré-consciente, são possíveis de serem resgatados voluntariamente, trazidos à consciência, porém de forma interpretada, reorganizada ou transformada pela ação do tempo.

No caso da história oral, as memórias são sempre estimuladas. Meneses nos diz que “a matéria bruta da memória individual pode permanecer latente anos a fio, até que seja despertada por um interlocutor”¹¹⁰.

Ecléa Bosi, explorando os pressupostos do filósofo Henri Bergson a respeito da memória, sobre os quais ela se debruça em sua obra *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, explica que “o papel da consciência, quando solicitada a deliberar, é sobretudo o de colher e escolher, dentro do processo psíquico, justamente o que não é a consciência atual, trazendo-o à sua luz. (...) É precisamente nesse reino de sombras que se deposita o tesouro da memória”¹¹¹.

Já sobre os conteúdos do inconsciente, onde se encontra o maior volume daquilo que é retido, Freud descobre, no decorrer de sua prática clínica, que, por serem “indizíveis”, eles se manifestam o tempo todo de forma involuntária, por meio dos erros, lapsos, confusões, omissões e atos-falhos que acontecem no dia a dia, assumindo um disfarce de “acidente”. Há, ainda, outras formas pelas quais o inconsciente se manifesta: através dos sonhos, pelos sintomas e pela associação livre, que constitui o método clínico da psicanálise. Aqui revela-se o tempo lógico, e não cronológico, da memória humana.

¹¹⁰ MENESES, U. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do instituto de estudos brasileiros*. SP, 34:9-24, 1992. p. 14.

¹¹¹ BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 52.

O inconsciente é um passado que não passa, que não é linear, que precisa ser forçosamente organizado para uma narrativa que faça sentido. Por isso, na história oral, muitas vivências se perdem, pois o encadeamento de ideias sempre deixará algo de fora.

Verena Alberti, explicando as relações entre história oral e hermenêutica, sob a perspectiva do filósofo Dilthey, defende que “para compreender o homem, é necessário compreender sua historicidade”¹¹². Essa também é a proposta de uma análise:

se submeter a uma análise implica percorrer as páginas da própria história. É de lá que nos observam os nossos pais, a criança que fomos e aquelas cenas que, ocultas sob a névoa do esquecimento ou do recalque, escondem a chave que conduz a uma verdade que pode nos transformar”¹¹³

Ainda sobre as relações entre memória, história oral e psicanálise, o psicanalista inglês Donald Winnicott afirma que “... os psicanalistas se tornaram pioneiros em tomar a história do paciente, e foram eles que reconheceram que a parte mais importante da história vem do material emergente do curso da terapia”¹¹⁴.

A possibilidade de escutar as subjetividades sempre colocará um psicanalista a postos. Por mais que ele se proponha a ter documentos como fontes, dificilmente se esquivará da oportunidade de ouvir o que ainda pode ser dito e elaborado sobre o tema estudado. Se puder escutar suas testemunhas, ainda melhor.

Quando escrevo, no capítulo introdutório, que a escolha pela história oral não se deu ao acaso, é porque eu desejava realizar uma pesquisa por meio da escuta. Outras pesquisas sobre o tema “psicanálise e ditadura” já foram realizadas com a utilização da história oral, porém como método complementar. Em alguns casos, ela surge como o único recurso à dificuldade de acesso a outras fontes.

A experiência de Carmen Lucia Montechi Valladares de Oliveira, relatada em *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*¹¹⁵, justifica a importância da história oral no caso específico da reconstrução de uma história da psicanálise no Brasil. A autora percorreu as sociedades psicanalíticas em busca de documentos que viabilizassem sua pesquisa sobre o tema e se deparou com uma inesperada

¹¹² ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 18.

¹¹³ NASIO, J. D. *Sim, a psicanálise cura!* Rio de Janeiro: Zahar, 2019. p. 8.

¹¹⁴ WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983. p. 115.

¹¹⁵ OLIVEIRA, C. L. M. V. *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta, 2005.

dificuldade de acessar informações e arquivos, à qual ela denominou de resistência¹¹⁶. Oliveira faz uma reflexão sobre essa questão da resistência a partir do trecho de um texto de Elisabeth Roudinesco, historiadora e psicanalista francesa de grande envergadura nas produções sobre a história da psicanálise:

A resistência à história é o próprio sintoma da resistência interior da psicanálise a ela mesma, ao seu interior, dessa resistência inconsciente dos psicanalistas à verdade que eles transformam em hagiografia, em culto do herói sem medo e sem recriminação, em jargão. Essa resistência tem origem, em parte, no fato de que os psicanalistas têm a impressão de que o único lugar de enunciação possível da história é o tratamento, o tratamento protegido pelo segredo. De onde a ideia de que a história da psicanálise não pode ser contada porque ela revelaria um segredo: um segredo de divã, um segredo médico.¹¹⁷

A partir dessa constatação, ela optou por utilizar a história oral como parte das fontes de sua pesquisa, e justifica que, “na realidade, o recurso à história oral, mais do que uma escolha, se apresentou como um imperativo”¹¹⁸. Também nessa empreitada ela encontrou resistências, seja por recusas ou por comentários que demonstram um certo desdém por seus objetivos.

Por outro lado, tem sido robusto o uso da história oral para realização de pesquisas sobre a ditadura militar, tendo como fontes depoimentos de suas testemunhas. Uma das entrevistadas da presente pesquisa, por exemplo, escreveu o livro *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*¹¹⁹ a partir de depoimentos de seus companheiros da Ação Popular que, como ela, viveram na clandestinidade durante o regime. Outro exemplo é o livro *Depoimentos para a história: a resistência*

¹¹⁶ “Resistência” é um termo bastante comum na psicanálise “para designar o conjunto das reações de um analisando cujas manifestações, no contexto do tratamento, criam obstáculos ao desenrolar da análise” In: ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 659.

¹¹⁷ ROUDINESCO, E. *Psychanalyse et histoire: résistance et mélancolie*. In: GAUTHIER, M. *Les voies de psychanalyse*. Paris: L’harmattan, 1997, p. 21-34. Citada por: OLIVEIRA, C. L. M. V, 2005, p. 41. Reproduzo esse parágrafo diretamente do livro de Valladares, por não ter conseguido acessar o texto original, em francês, presente na obra *Les voies de la psychanalyse* (Os caminhos da psicanálise), de Mona Gauthier.

¹¹⁸ OLIVEIRA, C. L. M. V. *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta, 2005. p. 44.

¹¹⁹ ARANTES, M. A. A. C. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo; Escuta, 1999.

à ditadura militar no Paraná¹²⁰, que utiliza a história oral como uma de suas frentes de pesquisa. Há muitos outros exemplos.

3.3 A ESCOLHA DOS DEPOENTES

Verena Alberti lembra aos pesquisadores, com ênfase, que entrevistas são fontes¹²¹. E sabemos que, em história, um projeto de pesquisa normalmente se dá a partir de uma fonte. Eu, como psicóloga, descobri isso um pouco tarde.

Antes de passar às explicações sobre a escolha das fontes, contarei um fato sobre algo que li na tese de Rafael Alves Lima, que foi um dos materiais que mais utilizei para me aprofundar no tema desta pesquisa. Rafael é psicólogo de formação, como eu, e psicanalista. Logo de início, na Introdução de sua tese¹²², ele relata um problema muito semelhante ao que eu enfrentei, que ele chamou de “ingenuidade estratégica”, com o qual imediatamente me identifiquei. Ele conta que foi a um evento do Memorial da Resistência de São Paulo e encontrou eventualmente com uma historiadora que lhe explicou, em meio à conversa, que “em uma pesquisa histórica, primeiro você procura conhecer minimamente o arquivo para ver se os documentos que ele comporta sustentariam uma pesquisa, que na verdade você nem sabe qual é ainda”¹²³.

Em minha defesa, eu havia me atentado parcialmente a essa questão por ocasião da elaboração de meu projeto de pesquisa para ingresso no Mestrado, mas talvez sem entender plenamente o significado e a importância das fontes em uma pesquisa em história.

Para o projeto, pensei em alguns nomes de psicanalistas conhecidos em Curitiba, minha cidade, com informações inclusive de que alguns deles haviam ido para o exílio no período da ditadura. Obtive também a indicação de outros nomes por meio de colegas. Naquela época cheguei a telefonar para um pequeno número destes, apresentar minha intenção de pesquisa e obtive respostas positivas sobre a

¹²⁰ OLIVEIRA, A. N. P., SAHD, F. P. e CALCIOLARI, S. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014.

¹²¹ ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 78.

¹²² LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

¹²³ *Idem*, p. 22.

possibilidade de uma futura participação. Minha ideia era de que, após a realização das primeiras entrevistas, os próprios entrevistados, entendendo melhor o que eu buscava com esse contato, poderiam indicar outros psicanalistas com perfis semelhantes.

Já no primeiro semestre dos Seminários, após ingresso no programa, houve um redirecionamento do meu projeto e os depoentes passariam a ser, então, psicanalistas brasileiros e argentinos que já fossem atuantes na clínica ou estivessem em formação na década de 1970, ou seja, que de alguma forma já estivessem envolvidos com a psicanálise durante a vigência da ditadura em seus países – Brasil ou Argentina. No caso dos argentinos, que fossem psicanalistas que tivessem migrado para o Brasil nessa época, para poder ouvi-los falar também sobre essa questão, especificamente. Junto com minha orientadora, definimos um total de oito depoimentos, sendo quatro de cada nacionalidade.

O nível de envolvimento com questões políticas, engajamento, etc., não foi definido como requisito, o que foi interessante, pois diferenças nesse sentido apareceram naturalmente nas entrevistas.

Seria interessante ter homens e mulheres, mas não era uma exigência. O fato de ter ambos os sexos em igual proporção, nas duas nacionalidades, foi uma coincidência.

Na busca pelos depoentes, houve indicações, também houve alguns nomes com os quais eu deparei em outras pesquisas que li, outros que eu conhecia de ouvir falar e havia também os “famosos”, que talvez sejam conhecidos para a maioria das pessoas que circula nos meios psicanalíticos. Certamente o caminho percorrido nessa busca já constituía algo de importante para minha pesquisa, pois cruzei com informações inéditas e muito valiosas para mim.

Não foi tarefa fácil nem rápida encontrar oito depoentes nesse perfil e que aceitassem fornecer fontes para a minha pesquisa. Cheguei a ouvir, de um colega, a pergunta: “será que ainda estão vivos”? Pelos meus cálculos, certamente já estariam idosos, mas com boas chances de ainda estarem vivos. De fato, esse não foi um problema.

A pesquisa foi realizada porque houve aceites. Alguns deles foram especiais e me motivaram a seguir em frente, como o de Alfredo Jerusalinsky, que de pronto

respondeu que tinha interesse em meu projeto e estava feliz que houvesse alguém preocupado em guardar essas memórias, enquanto era possível.

Houve também recusas. Alguns dos motivos alegados foram: o sentimento de que não teria muito como contribuir com a pesquisa; a não-concordância ou “não-crença” na história oral como fonte legítima para a história; simplesmente um “não”, sem justificativas; e, por fim, a mera descontinuidade dos contatos que estavam sendo feitos. Se foram apenas recusas ou se foram silêncios, ou ainda o desejo de não recordar, jamais terei certeza.

Verna Alberti faz uma colocação bastante pertinente a esse respeito:

Já se observou que o que se pede ao entrevistado é muito estranho: que conte sua vida a alguém que mal conhece e ainda por cima diante de um gravador. As pessoas não costumam fazer isso sequer com filhos e netos (no máximo contam episódios, raramente “toda” a biografia’.¹²⁴

Depois de alguns meses, finalmente finalizei as entrevistas, algumas com apenas uma sessão, outras com duas.

Inicialmente minha ideia era utilizar codinomes para os depoentes, mas na qualificação recebi a sugestão de manter os nomes verdadeiros, já que os depoimentos obtidos só têm a valorizar a trajetória desses psicanalistas e as contribuições que deram ao tema por meio dessa participação.

Para fins de um panorama geral dos depoentes, encontram-se abaixo dois quadros com as principais informações, separados por brasileiros e argentinos. Na sequência há uma breve biografia de cada um, cujas informações foram obtidas nos próprios depoimentos:

QUADRO 1 - DEPOENTES BRASILEIROS

NOME	ANO DE NASCIMENTO	FORMAÇÃO	CIDADE EM QUE RESIDE
Elisabeth Müller	1949	Psicologia	Rio de Janeiro
João Batista Ferreira	1947	Psicologia	Rio de Janeiro
Jorge Broide	1954	Psicologia	São Paulo
Maria Auxiliadora Arantes (Dodora)	1940	Psicologia	São Paulo

Fonte: A autora (2024).

¹²⁴ ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 78.

QUADRO 2 - DEPOENTES ARGENTINOS

NOME	ANO DE NASCIMENTO	FORMAÇÃO	ANO DA VINDA PARA O BRASIL	CIDADE EM QUE RESIDE
Alfredo Jerusalinsky	1943	Psicologia	1977	Porto Alegre
Lucía Barbero Fuks (nascida no Peru)	1949	Medicina	1977	São Paulo
Maria Angélica Carreras	,1936	Psicologia	1979	Curitiba
Oscar Cesarotto	1950	Psicologia	1977	São Paulo

Fonte: A autora (2024).

Elisabeth Müller, brasileira, nascida em 1949, é psicóloga e psicanalista. Sempre morou no Rio de Janeiro, onde reside até hoje. Seguiu carreira clínica e lecionou no curso de Psicologia da Universidade Santa Úrsula. Pertence ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e trabalhou na Clínica Social de Psicanálise (1973-1991). Aposentou-se das atividades de professora na década de 1990, mas até o momento da entrevista, ainda trabalhava realizando atendimentos clínicos online. Atualmente encontra-se tratamento de saúde. Foi politicamente engajada durante a ditadura, participou de movimentos populares, mas não se envolveu na militância.

João Batista Ferreira, brasileiro, nascido em 1937, é brasileiro, psicólogo e psicanalista, tendo feito também os cursos de Filosofia e Teologia. Nasceu em Minas Gerais e, desde a juventude até os dias atuais, reside no Rio de Janeiro. Frequentou seminário católico e foi padre, vocação que deixou ainda na década de 1970. Pertence ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro e trabalhou na Clínica Social de Psicanálise (1973-1991). Seguiu carreira clínica e atende ainda hoje em consultório particular. Durante a ditadura, teve grande participação nas manifestações populares, com atuação de destaque na Passeata dos Cem Mil.

Jorge Broide, brasileiro, nascido em 1954, é psicólogo e psicanalista. Reside em São Paulo, onde desde os tempos de faculdade coordena e participa de clínicas sociais de psicanálise. Com posicionamento de esquerda, sempre foi politicamente engajado e defensor de uma psicanálise mais acessível a todas as camadas da população.

Maria Auxiliadora Arantes, brasileira, nascida em 1940, é psicóloga e psicanalista. Nascida em Minas Gerais, casou-se na década de 1960 com deputado de esquerda Aldo Arantes (na época pertencente ao Pcdob – Partido Comunista do

Brasil) e foi morar em Brasília. Fez parte da Ação Popular e, após o golpe de 1964, morou clandestinamente no Uruguai, por um ano, e depois no nordeste do Brasil, até a Anistia, em 1979. Após a clandestinidade, passou a residir em São Paulo, compondo o quadro de professores e analistas do Sedes Sapientiae até os dias atuais. Também seguiu carreira clínica, atendendo em consultório particular, encerrando esta atividade há três anos.

Alfredo Jerusalinsky, argentino, nascido em 1953. Chegou ao Rio Grande do Sul em 1977 e reside em Porto Alegre até os dias de hoje. Psicólogo e psicanalista, seguiu carreira clínica em consultório particular e desenvolveu trabalhos de atendimento a crianças em diversas instituições. Possui extensa produção literária, dirige grupos de estudo, ministra cursos e tem reconhecimento nacional, especialmente na área de psicanálise com crianças. De grande engajamento político, foi militante durante a ditadura argentina.

Lucía Barbero Fuks é filha de mãe peruana e pai argentino. Nasceu no Peru, em 1949, mas viveu na Argentina desde criança (para fins de classificação, nessa pesquisa foi colocada no grupo de argentinos). Chegou em São Paulo em 1977, onde trabalha e reside até os dias atuais. Médica psiquiatra e psicanalista, trabalhou e coordenou um serviço de saúde mental em um hospital geral na região da grande Buenos Aires. Desde que chegou ao Brasil, compõe o quadro de professores e analistas do Departamento de Psicanálise do Sedes Sapientiae. Também seguiu carreira clínica em consultório particular, no qual atua até os dias de hoje.

Maria Angélica Carreras é argentina, nascida em 1936, veio para o Brasil em 1979, onde reside até hoje na cidade de Curitiba. Psicóloga, psicanalista, seguiu carreira clínica, atendendo em consultório particular. Atualmente realiza atendimentos online. Permanece dando aulas e coordenando grupos de estudo na Biblioteca Freudiana de Curitiba.

Oscar Cesarotto, argentino, nascido em 1950. Chegou em São Paulo em 1977. Psicólogo e psicanalista, seguiu carreira clínica e atende em consultório particular. É doutor em Comunicação e Semiótica e tem diversos livros publicados.

3.4 OS DEPOIMENTOS

Os depoimentos foram coletados de Junho a Dezembro de 2023. Dois dos depoimentos foram obtidos presencialmente, um em Curitiba e um no Rio de Janeiro. Os demais foram realizados por meio da plataforma Zoom ou outros meios eletrônicos, com gravação de áudio e, em alguns casos, vídeo. A novidade dos atendimentos psicanalíticos online a partir da pandemia do COVID-19 parece ter conferido destreza aos psicanalistas para lidar com esta ferramenta.

Havia um roteiro que, apesar de bastante breve, foi difícil de ser elaborado. Eu tinha hipóteses e sabia onde queria chegar, mas também sabia que poderiam surgir muitas informações inesperadas fora daquele roteiro. E, de fato, a cada entrevista que se somava, novos *insights* e novas perguntas eram acrescentadas aos próximos depoimentos. A subjetividade de cada entrevistado, as peculiaridades de suas memórias, sua disposição de falar, a compreensão do meu tema e das minhas expectativas enquanto pesquisadora deram o tom e definiram o tempo de cada depoimento. Para mim, quanto mais pudesse ir além do roteiro, melhor seria.

Freud, em seu texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, de 1912, fornece a esse público algumas “regras técnicas”, cuja observância ele acreditava que lhes pouparia esforços e os resguardaria de algumas inadvertências.

Ele tece algumas recomendações a respeito da escuta e da atenção:

Consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma “atenção uniformemente suspensa” em face de tudo o que se escuta. (...) Pois assim que alguém deliberadamente concentra bastante a atenção, começa a selecionar no material que lhe é apresentado; um ponto fixar-se-á em sua mente com clareza particular e algum outro será, correspondentemente, negligenciado, e, ao fazer essa seleção, estará seguindo suas expectativas ou inclinações.¹²⁵

Segui estas mesmas recomendações nas entrevistas, principalmente no anseio de não negligenciar fatos importantes que pudessem surgir e que a ainda não faziam parte das minhas hipóteses.

A entrevista mais breve durou cerca de 50 minutos e, a mais longa, cerca de 3 horas e meia. A duração dependeu unicamente do quanto o entrevistado estava disposto a falar e a entrar nos detalhes das suas vivências.

¹²⁵ FREUD, S. (1912) *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p.150.

Sobre o tipo de entrevista realizada, Verena Alberti, em seu *Manual de história oral*, define duas possibilidades: entrevistas temáticas e entrevistas de história de vida. Segundo a autora:

As entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história, incluindo sua trajetória desde a infância até o momento em que fala, passando pelos diversos acontecimentos e conjunturas que presenciou, vivenciou ou de que se inteirou. Pode-se dizer que a entrevista de história de vida contém, em seu interior, diversas entrevistas temáticas, já que, ao longo da narrativa da trajetória de vida, os temas relevantes para a pesquisa são aprofundados.¹²⁶

Portanto, em qualquer uma das opções, “a entrevista terá como eixo a biografia do entrevistado, sua vivência e a sua experiência”¹²⁷, mesmo que se concentre em recortes temáticos específicos. No caso desta pesquisa, ficou muito claro como essas duas vias se cruzam: havia um tema sobre o qual eu gostaria de ouvir, que diz respeito às relações entre psicanálise e ditadura na década de 1970, mas sobre o qual os depoentes só poderiam falar a partir das próprias experiências, pois era essa subjetividade que eu buscava com os depoimentos – como cada um deles, viveu, sentiu e percebeu aquele momento da história.

Tive ajuda profissional para transcrevê-los, mas não me eximi de revisar todas as transcrições do começo ao fim, ouvindo os áudios, o que foi uma oportunidade muito valiosa de repassar tudo o que foi dito.

Previamente à tomada dos depoimentos, o combinado era que, antes de eu usar o conteúdo para a redação final da dissertação, os depoentes poderiam revisar as transcrições de suas falas e editá-las, caso quisessem corrigir, acrescentar ou suprimir algo. Se esse é um compromisso ético com o depoente, também é um risco, pois enquanto o pesquisador realiza suas entrevistas, ele traça uma linha de raciocínio baseada no que está sendo dito naquele momento.

Nem todos fizeram cortes, mas confesso que fiquei bastante surpresa com a radicalidade de algumas edições e com a quantidade de conteúdo que acabou sendo suprimida. É interessante pensar a esse respeito, que psicanalistas tão experientes

¹²⁶ ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 37-38.

¹²⁷ ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.. p. 38.

acabaram me contando coisas que depois não consideraram adequadas. Cheguei a ouvir de um deles: “acho que me senti à vontade demais com você”.

Também percebi uma grande preocupação de que as falas não fossem transpostas para a dissertação de forma coloquial, ou com erros de datas ou nas grafias de nomes. Acatei sem ressalvas porque, em causa própria, compreendo que o psicanalista tem uma reputação intelectual a zelar.

O processo das edições e, finalmente, das autorizações para utilizar o conteúdo das entrevistas foi bastante longo, algumas revisões demoraram a retornar, a ponto de me fazer ter medo de perder os prazos.

Embora falas muito preciosas para o tema da pesquisa tenham sido suprimidas, esse corte tem seus significados, e o que dos depoimentos permaneceu tem muito valor. Sei que alguns desses depoentes já falaram anteriormente sobre suas experiências na ditadura, seja para outros pesquisadores, seja em artigos, em livros, em podcasts, mas me senti privilegiada por cada aceite recebido e por cada memória compartilhada comigo.

4 AS MEMÓRIAS

Após uma necessária e importante passagem pela revisão bibliográfica sobre o tema da pesquisa e sobre a metodologia, passamos ao trabalho com as fontes da pesquisa, que são os depoimentos. O valor deste material reside principalmente no fato de ser inédito e único, fruto da generosidade dos depoentes em compartilhar suas memórias.

As memórias são sempre parciais, não pretendem e nem podem dar conta do todo. Ecléa Bosi diz que o indivíduo “é o memorizador, e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum”¹²⁸. As memórias a que o pesquisador tem acesso são aquelas que se manifestam na fala do depoente, de acordo com o que ele pode recordar e o que deseja revelar. As memórias são sempre subjetivas, pois passam pelo crivo da visão de mundo e dos valores de quem narra.

Mas as recordações, embora individuais, confluem para pontos comuns da memória coletiva. Podemos considerar que, nesta pesquisa, estamos trabalhando com memórias coletivas porque todos os depoimentos estão vinculados a um evento específico, referenciado pela pesquisadora – a ditadura militar nos anos 1970.

A abordagem de Halbwachs sobre a memória coletiva é fundamental para entender como as experiências individuais desses psicanalistas se entrelaçam com as narrativas maiores de uma história já conhecida. A memória coletiva, sustentada por quadros sociais, permite que essas vivências pessoais ganhem um significado mais amplo.

A partir das memórias obtidas para essa pesquisa, foram selecionados alguns pontos de confluência – lugares onde elas se encontram – os quais classifiquei como “temas”.

Os títulos atribuídos aos temas não pretendem esgotá-los, pois cairíamos no risco de precisar realizar uma dissertação exclusiva para cada um deles. Portanto são apenas formas de nomear os pontos de intersecção dessas memórias, para então poder apresentá-las.

¹²⁸ BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 411.

Separar esses “temas” foi uma tarefa difícil, pois alguns estão tão interligados, que os trechos dos depoimentos poderiam ser alocados, de maneira igualmente adequada, em mais um deles. Por exemplo, a preocupação com uma psicanálise de cunho mais social, mais acessível à população aparece em diversas falas como uma consequência de um posicionamento político mais progressista. Por isso a sequência em que os temas estão apresentados não é aleatória, mas foram organizados de forma encadeada.

Outra dificuldade é que, a partir do momento em que se seleciona determinados temas a serem trabalhados, muitos trechos dos depoimentos, que não correspondem a nenhum desses temas, acabam ficando fora da dissertação, a despeito de serem conteúdos muito interessantes. Mas a única maneira de não enfrentar essa imposição dessa escolha, seria reproduzir na íntegra as transcrições, o que não se mostra viável.

Cada um dos temas selecionados compõe um subcapítulo, a seguir.

4.1 ENGAJAMENTO POLÍTICO E PSICANÁLISE

As palavras do título foram apresentadas propositalmente nessa ordem, “engajamento político e psicanálise”, e não ao contrário – o que, aparentemente, proporcionaria o mesmo entendimento sobre o tema – porque o que se buscou enfatizar foi justamente a ideia de que o engajamento político, quando existe, vem antes da psicanálise. Ou seja, uma postura mais ou menos atuante diante das questões da ditadura, precedia, para cada um deles, o fato de serem psicanalistas. Portanto, ser psicanalista nos tempos de ditadura não era garantia de um posicionamento progressista ou da participação em movimentos contra a política vigente.

Os psicanalistas, enquanto tal, no contexto de 1970, tinham opções: se conformar ao posicionamento de “neutralidade” das sociedades psicanalíticas, manter-se alheios a questões políticas ou posicionar-se contra as sociedades e buscar outros caminhos. Qualquer uma das opções acaba por revelar um posicionamento político mais amplo. João Batista Ferreira traz uma fala sobre essa questão em seu depoimento:

João Batista Ferreira: Então ser psicanalista nessa época, era, por um lado fácil, se você fosse da turma que praticasse o silêncio, a despeito de apoliticismo, que se colocava como colaborador. Se eu não protesto, eu colaboro. Aquele velho ditado de que quem cala, consente.¹²⁹

Maria Auxiliadora Arantes, brasileira, era envolvida com movimentos católicos desde muito jovem e sua militância política é anterior à formação em psicologia. A carreira como psicanalista só começou, de fato, no retorno do exílio, o que se deu em 1979.

Maria Auxiliadora Arantes: Eu fui dirigente da JEC, Juventude Estudantil Católica Feminina, não só em Belo Horizonte mas depois, quando eu fui para o Rio de Janeiro, para ser dirigente nacional. Foi dentro da JEC que eu aprendi essa militância.¹³⁰

Alfredo Jerusalinsky, argentino, foi militante desde muito jovem e teve uma forte influência familiar nesse sentido, conforme relata:

Alfredo Jerusalinsky: Eu sempre fui a uma escola pública, porque minha família não era abastada. Minhas origens remontam às migrações judaicas pobres, aquelas que tinham sido objeto da perseguição do Czar Nicholas III. Meu avô, Moisés Jerusalinsky, era jornalista na cidade de Kiev, na Ucrânia. Era socialista, judeu e militante do partido social-democrata na Rússia czarista. Foi preso e enviado a Sibéria. (...) Eu comecei a participar das manifestações em 1958, em defesa da educação pública e laica; eu tinha 15 anos recém feitos, Estava na escola secundária. E fui preso. Estive preso 30 dias e me soltaram, porque tinha 15 anos e era inofensivo. (...) E bom, eu tinha começado a minha militância política no movimento MIR Praxis, que era dirigido pelo irmão do presidente Arturo Frondizi, que se chamava Silvio Frondizi. Eu tinha 16 anos. Sim, minha vocação libertária nasceu bastante cedo. Então, bom, o MIR Praxis se dividiu em três pedaços: um foi o grupo Revolução Obrera, no qual eu fiquei. Nesse grupo estudávamos três coisas: íamos às aulas de Raúl Sciarreta e fazíamos reuniões sobre economia com Jorge Altamira, que naquela época tinha 18 anos. Estudávamos então o campo da Filosofia, o campo da Economia e o campo do marxismo. Marxismo fazíamos a nossa própria leitura e tínhamos como referência a história da revolução russa de Trotsky.¹³¹

João Batista Ferreira, do Rio de Janeiro, revelou ter sido bastante ativo na luta contra a ditadura, participando com destaque, por exemplo, da Passeata dos Cem Mil,

¹²⁹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

¹³⁰ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹³¹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

em Junho de 1968. Elisabeth Müller também era atuante, mas considera que de forma mais discreta, com menos exposição.

João Batista Ferreira: Eu sou um ser político, eu sou um ser da polis. Política vem de polis, de cidade, eu sou um cidadão. Posso ficar calado, eu sou psicanalista, aqui eu não faço política. Aqui eu não toco em nada, só escuto, mas na rua eu posso falar, sim. (...) Meu nome estava no DOPS lá, inclusive com um círculo, o “padre comunista”, o “padre vermelho”. Eu participei ativamente, eu era uma pessoa pública, na Praça XV, na Cinelândia, na Comissão dos Cem Mil. Uma pessoa conhecida, procurada, dava entrevistas. Então eu era muito visado. Certamente eu era muito vigiado. Agora, eu nunca fiz nada, eu era uma pessoa pacífica. (...) João Batista Ferreira: Fomos negociar com Costa e Silva a libertação dos presos políticos. Estavam presos porque falavam em praça pública, porque tinham ideias diferentes da ditadura e ele então falou assim: “eu solto se vocês pararem com as passeatas, pararem de ir à rua”. Aí nós unanimemente dissemos “a rua é a casa do povo, onde o povo mora e namora. Então é a praça onde o povo fala, onde o povo conversa. Isso é intransferível, inalienável. Então, presidente, não. A rua é nossa”. Ele deu um murro na mesa e falou: ‘então não tem conversa’, levantou-se e foi embora, nos largou na sala de recepção lá do Planalto, quietos lá. Então voltamos para o Rio de Janeiro.¹³²

Elisabeth Müller: Eu acho que ele [João Batista Ferreira] fez parte desse grupo de padres que cercou a Igreja, que estava lotada da missa do Edson Luiz e o exército botou os tanques na rua. E a gente estava ali em torno da igreja, não entrava mais um alfinete, eu estava ali. O exército deslocou os tanques lá da central, onde tinha o quartel central do exército, em direção à Candelária. Era a cavalaria e os tanques de guerra. E os padres fizeram um cordão na frente da igreja e eu acho que João era um desses padres. Ele ainda era padre. (...) Eu nunca fui presa. Por pouco, mas não fui. E se tivesse sido, eu não tinha muita importância, que eu era base. A gente chamava base, eu era base de organização, não era direção. (...) Eu era ligada a uma base do PCdoB, quando a Aliança Popular se ligou ao PCdoB e virou AP-PCdoB, Ação Popular Partido Comunista do Brasil. Então era toda aquela formação maoísta, entendeu? Aquilo tudo eu estudei, li, mas nunca fui do partidão e nunca fui de organização armada.¹³³

João Batista foi um dos fundadores do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, do qual faz parte até hoje. Elisabeth Müller também tem participações no Círculo desde então, embora de forma mais esporádica, na formação de analistas. Ambos participaram do Simpósio Psicanálise e Política, realizado na PUC-RJ em 1980, que contou com uma série de mesas redondas sobre o tema. O Simpósio deu origem a um livro, com o mesmo nome¹³⁴, no qual estão registradas todas as conferências.

¹³² Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

¹³³ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 18 e 25 de agosto de 2023, por meio de videochamada no WhatsApp, com registro em gravador de voz.

¹³⁴ ALMEIDA, K. M. (org.). *Simpósio psicanálise e política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.

Ter um posicionamento de esquerda e estar inserida em meios declaradamente de esquerda não levavam, necessariamente, ao desejo ou à decisão se tornar militante, como foi o caso da argentina Lucía Fuks.

Lucía Fuks: Eu nunca fui uma militante ativa, mas eu fui ocupando lugares totalmente marcados ideologicamente por ser de esquerda, digamos. Totalmente. Então, logicamente, só pelo fato de estar ali já era uma pessoa... Mas eu não me juntava, nesse movimento, não queria me juntar.¹³⁵

Houve, ainda, os que se mantiveram distantes de qualquer envolvimento com questões políticas, na época.

Oscar Cesarotto: As questões políticas sempre preocupam. O que eu não tinha era nenhum tipo de envolvimento com nenhum grupo, nem nada. Apenas tinha as minhas ideias mas, em todo caso, naquela época eu era um cidadão normal.¹³⁶

Maria Angélica Carrera: Eu não era militante. Não era não sei porquê, também, porque sou bastante metida em coisas, mas me dá a impressão de que era porque tinha filhos pequenos, então me ocupava mais dos filhos. Então são essas histórias que eu te relato, mas nunca cheguei a militar.¹³⁷

4.2 PREOCUPAÇÃO COM O SOCIAL E PSICANÁLISE DE GRUPO

Como resposta ao conservadorismo das sociedades ligadas à IPA, houve algumas iniciativas no sentido de tornar a psicanálise menos elitizada, mais acessível e comprometida com o social. Os psicanalistas que seguiram essa linha geralmente tinham um posicionamento mais progressista, e essa nova forma de trabalho também foi uma maneira de se engajar politicamente.

Elisabeth Müller: Esse pessoal todo que trabalhou na Comunidade Terapêutica e no Pinel, o Portella, o Quilelli, o Moisés, o Galina, o Chebabi, que eram os supervisores, e mais os caras que estavam fazendo a especialização do Instituto de Psiquiatria na Comunidade Terapêutica e o Pinel, eu diria, a grosso modo, que era tudo de centro-esquerda. Era tudo de centro-esquerda, que aliás já escolheram um modelo de atendimento que

¹³⁵ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 06 de dezembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹³⁶ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de outubro e 06 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹³⁷ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de junho de 2023, presencialmente, na residência da depoente, com registro em gravador de voz.

tinha um pé na questão social, que é a comunidade. Chamava-se comunidade terapêutica...¹³⁸

Um movimento comum na década de 1970 foram as sessões de grupo de psicanálise e também de outras linhas da psicologia, como a gestalt-terapia. Além de ser uma prática mais alinhada com a psicologia social, em alta na década de 1970, a realização de sessões em grupo permitia que um profissional atendesse uma quantidade maior de pacientes a um valor mais acessível. A psicanálise de grupo teve grande influência teórica dos argentinos José Bleger e Pichón Riviere.

No já mencionado livro originado do Simpósio Psicanálise e Política, Eduardo Mascarenhas, em defesa do alcance social mais amplo da psicanálise de grupo, faz os cálculos:

Nove pessoas, numa sala vazia, sem instrumentos, apenas com a presença do terapeuta, por duas horas semanais, onde se espera que ocorra o acontecimento analítico. Se cada terapeuta atender durante 6 horas por dia, 30 horas por semana, a um mínimo de 15 grupos, teremos 135 atendimentos, durante quatro anos, em média. Se ele trabalhar de 30 a 60 anos, terá atendido 4 mil pessoas.¹³⁹

Esse era o sonho de Freud, ampliar o alcance da psicanálise, conforme seu pronunciamento no Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, realizado em Budapeste, em setembro de 1918, reproduzido anteriormente nessa dissertação.

Alguns dos depoentes estiveram envolvidos com atendimento social e análise de grupos, como é o caso de João Batista e de Jorge Broide.

Jorge Broide: Então, você vê, tem toda a tradição já do Pichon com os grupos... Eu faço grupo até hoje, minha equipe faz grupos até hoje. Grupos em situações muito críticas, sociais, muito difíceis. A gente faz, inclusive, grupos remotos com pessoas das favelas e de muitas situações a gente faz hoje grupos. Nós nunca deixamos de fazer grupo. O grupo foi perdendo a força no establishment. Dava para fazer grupo no consultório, eu fiz vários grupos no consultório. Hoje em dia não dá mais, não rola no consultório, não tem procura. Mas a gente segue e o grupo ficou sendo descaracterizado, como uma coisa secundária ou de segunda categoria, e eu não acho nada disso, eu acho que o grupo é um instrumento incrível.¹⁴⁰

¹³⁸ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 18 e 25 de agosto de 2023, por meio de videochamada no WhatsApp, com registro em gravador de voz.

¹³⁹ Fala de Eduardo Mascarenhas reproduzida em um texto de Roberto Mello. In: MELLO, R. Os barões da psicanálise. In: ALMEIDA, K. M. (org.). *Simpósio psicanálise e política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.

¹⁴⁰ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

João Batista Ferreira: Neste mesmo momento, nós temos “grupo terapia”, através da influência de Bion, chegando ao Brasil maciçamente, podendo então sair do atendimento individual de uma pessoa e atender oito ou dez pessoas nesse mesmo tempo de uma pessoa, com o mesmo psicanalista, com o mesmo saber, com a mesma escuta, no mesmo lugar. Então começa a haver uma difusão da psicanálise. (...) a “grupo terapia” pega o veio da escuta do outro através de um grupo e os profissionais liberais. Com isso, não só encontraram mais respaldo para as suas atividades, mas também tiveram uma espécie de lição para si mesmo, de que a psicanálise não era uma coisa elitizante, nem tampouco elitista; que ela era uma coisa para atender o máximo de pessoas que tivessem a necessidade da escuta.¹⁴¹

Elizabeth Müller: Virou, assim, uma chuva de análise em grupo. Era mais barata, os analistas ganhavam mais, os pacientes pagavam menos, porque era em grupo. Menos do que eles pagariam se fosse individual. Então juntou a fome com a vontade de comer, entendeu? (...) Então teve essa explosão do trabalho em grupo e eu peguei isso muito na carne, porque foi quando eu fui fazer a análise com o Eduardo [Mascarenhas], e teve essa explosão dos grupos aqui na década de 70, final dos anos 60 e início dos anos 70, mas eu acho que o lacanismo apagou um pouco isso. Teve um movimento que meio que, sei lá, se extinguiu, ninguém ouve mais falar.¹⁴²

Elizabeth Müller teve uma experiência como paciente de grupos. Seu relato deixa transparecer que, embora houvesse uma sustentação teórica e uma ideologia por trás desse modelo de atendimento, no sentido de ampliar o acesso dos pacientes às psicoterapias em geral, foi uma prática que também virou “moda”.

Elizabeth Müller: Eu comecei em análise em 1970. Naquela época era o auge da análise de grupo e eu fui fazer análise de grupo. Tive uma experiência curta pela gestalt terapia e voltei para a psicanálise. E aí eu tive dois analistas muito fundamentais, que foram o Eduardo Mascarenhas, em grupo, e aí eu já estava formada, já estava dando aula na Santa Úrsula, que eu fiquei lá 17 anos. Aí eu fui fazer a minha análise individual e eu fui fazer com o Hélio Pellegrino. Então foram duas experiências, assim, muito próprias, porque eu peguei dois analistas de primeira linha em termos políticos.

Além da proposta dos grupos, outra forma de tornar a psicanálise mais acessível eram os serviços institucionais de saúde, em que trabalhou Lucía Fuks, e o atendimento psicanalítico nas ruas, no qual Jorge Broide se envolveu.

¹⁴¹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

¹⁴² Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 18 e 25 de agosto de 2023, por meio de videochamada no WhatsApp, com registro em gravador de voz.

Lucía Fuks: nesse serviço que eu estava no início, de psiquiatria, em Lanús, tinha uma área que era de comunidade social. Quer dizer, tinha um grupo de profissionais que trabalhavam em Lanús, que é uma cidade periférica, como se fosse Diadema aqui em São Paulo. E trabalhavam, iam para as ruas, essas coisas e trabalhavam com as pessoas que moravam lá, que viam a situação social econômica, a falta de nível educacional, todas essas coisas. Todo mundo, digamos, estava atento para isso.¹⁴³

Jorge Broide: A militância que eu fazia, então, nessa juventude, na faculdade, era muito através do trabalho enquanto psicólogo psicanalista. E em 76, antes de a gente se formar, antes de eu me formar, eu já atendia em muitas situações. Atendia nas ruas, atendia criança de rua, atendia em presídios, atendia os operários, já tinha toda uma prática. Em 79, quando eu me formei, é que eu montei o consultório, mas eu tinha uma prática de clínica, de escuta clínica desde esse tempo.¹⁴⁴

João Batista Ferreira atuou por muitos anos na Clínica Social de Psicanálise, fundada por sua analista, a alemã Anna Kattrin Kamper, a qual se sabe que foi também analista de Clarice Lispector e de Tom Jobim.

João Batista Ferreira: Então, esse ganho da escuta e dos profissionais liberais vindo para a atividade terapêutica, as clínicas aparecendo, aparece a Clínica Social da Psicanálise, um fato único no Brasil, não se pensava nisso. Onde já se viu? Uma clínica de psicanálise? Clínica era para atender tuberculoso, atender uma pessoa que tem um problema sério ou mesmo de psicose ou quem sabe problemas graves de convulsão, de mal de toda ordem, como, por exemplo, os diabéticos, os assim chamados hipertensos e companhia. Mas para escutar alguém, foi um pacto absolutamente novo e inédito. (...) Acharam o fim da picada. “Que negócio é esse? Clínica social de psicanálise? Tirem a psicanálise, coloque clínica social”. Falei “não, nós somos psicanalistas, então é clínica social de psicanálise, sim”. E foi uma briga danada e o nome ficou. Que história é essa que a psicanálise não pode estar ligada à palavra social, se Freud gritava: “isso aqui é da social-democracia. A psicanálise é do povo, é para o povo”. Esse grito do Freud.¹⁴⁵

4.3 PERCEPÇÕES E CRÍTICAS AO CONSERVADORISMO DAS SOCIEDADES PSICANALÍTICAS VINCULADAS À IPA

O padrão de uma psicanálise distante de questões políticas não era novo. Teve início com Ernest Jones e seus esforços por distanciá-la dos estereótipos de

¹⁴³ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 06 de dezembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁴⁴ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁴⁵ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

“ciência judaica”. Dentro das sociedades psicanalíticas ligadas à IPA, tanto no Brasil como na Argentina, esse padrão se manteve.

No Brasil, as sociedades psicanalíticas ligadas à IPA sofriam severas críticas, que se davam em relação a essa pretensa “neutralidade política”, à forma como elas mantinham a psicanálise elitizada e ao processo institucionalizado, burocrático e dispendioso de formação de analistas.

A tal neutralidade se manifestava principalmente por meio do silêncio, já que, além de as sociedades não criticarem ou demonstrarem qualquer tipo de indignação relativa ao regime ditatorial, nem ao menos debatiam a questão. A psicanalista Helena Besserman Vianna, em seu livro intitulado *Não conte a ninguém: contribuições à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*, diz, em tom de indignação, que “no Brasil (...) durante a década de sessenta, os trabalhos psicanalíticos não apresentam nenhuma análise ou referência aos acontecimentos políticos”¹⁴⁶.

Essa “adaptação” ao contexto político-cultural da época levou essas instituições a enfrentar algumas crises. Seguem alguns trechos dos depoimentos que expressam as percepções sobre essa questão:

Jorge Broide: A gente pensava assim: mas como é que a gente pode fazer uma psicologia progressista? Porque, de um lado, a IPA era muito fechada, muito elitista, muito fechada e a gente encontrou o caminho via o Reich. O Reich em toda a sua produção psicanalítica, fundamentalmente, ele teve um papel muito importante. Como foi o primeiro psicanalista assumidamente marxista, do partido comunista (...). Na teoria foi o que nos contemplou, naquela época, já que era impensável falar com o pessoal da IPA sobre a questão social, sobre a ditadura e sobre coisas assim. (...).¹⁴⁷

João Batista Ferreira: Na IPA, o Hélio Pellegrino, o Eduardo Mascarenhas e o Wilson Chebabi, enfim, todo mundo começou a gritar “isso tem que ser denunciado, tem que ser levado e não pode ficar assim”. Isso é um absurdo, é uma mácula dentro de uma prática que pretende ser alguma coisa ligada à liberdade e à verdade e não à opressão ou à castração. A castração real e não simbólica, aquela que mutila. Não, não somos mutiladores.¹⁴⁸

¹⁴⁶ VIANNA, H. B. *Não conte a ninguém: contribuições à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imago, 1994. p. 33.

¹⁴⁷ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁴⁸ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

Entre os vastos debates que se estabeleceram a respeito das relações entre a psicanálise e a ditadura militar no Brasil, há quem teça comparações entre as políticas internas da IPA e o regime vigente no país, passando por questões como o clima autoritário, a presença de figuras reacionárias e a eliminação de qualquer tipo de oposição. Jorge Broide compartilha dessa visão.

Jorge Broide: Era uma coisa, a IPA era um elefante, era uma coisa, assim, fechada, elitista e nós, com o nosso pensamento, dentro desse significativo da insurgência, não tínhamos muito espaço nisso. Não tinha diálogo. Era uma coisa que não tinha... Eu sei que tinham algumas pessoas progressistas na IPA, como tinha o próprio Hélio Pellegrino, como tinha o Eduardo Mascarenhas, como tinha, enfim, todas essas pessoas. Mas eram pessoas isoladas e que sofreram muito também, foram muito atacadas.¹⁴⁹

A Associação Psicanalítica da Argentina também sofreu críticas, na época, por motivos muito semelhantes às sofridas pelas sociedades brasileiras. Segundo Rafael Lima, “o poder hierárquico e as regras estritas da formação psicanalítica de acordo com as normas ipeístas eram causa e consequência de uma insatisfação que vinha em uma crescente na APA argentina desde pelo menos meados dos anos 1960”. Como já relatado, disputas internas causaram rupturas e deram origem aos grupos Plataforma e Documento (cit. p. 18).

Oscar Cesarotto: Na Argentina, na realidade, foi assim: se você pegar o começo dos anos 70... O começo, 70, 71, 72 eram épocas muito politizadas, e dentro mesmo da Sociedade Internacional de Psicanálise, que na Argentina se chama APA, dois grupos tinham já se separado, o grupo Documento e o grupo Plataforma, com enormes críticas a partir do pensamento de esquerda. Ela tem uma proposta de colocar uma psicanálise diferente na sociedade.¹⁵⁰

Alfredo Jerusalinsky: eu fui me analisar com Hernan Kesselman, que foi o meu grande analista (7 anos de análise pessoal e 2 anos de análise didática). Ele era da APA, mas eles romperam com a APA e formaram o que se chamou de Grupo Documento. Então eu me formei como analista e transitando, eu estava iniciando num grupo ligado à APA quando se rompeu... Por que se rompeu? Porque um grupo de psicanalistas da IPA, composto por Gilberto Simões, Raúl Paz, Eduardo Pavlovsky... Estou tentando me lembrar... Arminda Aberastury, Gilberto Simões, que era do Brasil, mas se formou na Argentina. Quem mais? Júlio Marota, Hernan Kesselman. Eles formaram um grupo que assinou um documento de exigência à APA, a Asociación Psicanalítica Argentina, para que se manifestasse contra o golpe de Onganía.

¹⁴⁹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁵⁰ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de outubro e 06 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

E a APA se negou, dizendo que a psicanálise não tinha nada o que fazer na política.¹⁵¹

4.4 PERCEPÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE PSICANALISTAS BRASILEIROS E ARGENTINOS

A história mostra que havia diferenças entre os psicanalistas brasileiros e argentinos e elas se davam principalmente no campo político. Embora tanto as sociedades psicanalíticas aqui quanto lá sofressem críticas por suas posturas de neutralidade, membros da Associação Psicanalítica Argentina foram mais incisivos em seus posicionamentos progressistas e pretensões em relação ao destino da psicanálise no país. Tanto que os conflitos internos nesse sentido levaram a uma ruptura.

Sobre esse acontecimento, Hugo Vezzetti, em *Psicanálise e marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971)*, explica que:

A fratura pública era o desenlace de um processo prévio de conflitos, que teve entre suas condições mais gerais a acelerada radicalização política da sociedade, sobretudo das camadas intelectuais e profissionais. Mas, além disso, seus conteúdos e seus estilos mostravam a imbricação de zonas do discurso psicanalítico com uma cultura intelectual de esquerda que estava num momento de aguda transformação no plano das ideias e das organizações.¹⁵²

José Batista Ferreira opina sobre essa questão em seu depoimento:

João Batista Ferreira: A Argentina sempre foi muito mais à frente. A Argentina nos ensinava psicanálise. Eles vinham como nossos mentores, nossos professores. Eles vinham muito aqui para o grupo. Eram muito mais militantes, muito mais integrados. E quando eu chamo de militante, eu tomo em uma linha generosa, de pessoas mais participativas, mais interativas. Não vamos tomar essa linha idiota de "eu sou a favor e você é contra". Não se trata disso.¹⁵³

¹⁵¹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁵² VEZZETTI, H. *Psicanálise e Marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971)*. *Tempo Social*, 21(2), 2009, p. 64.

¹⁵³ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

Em termos práticos, esse posicionamento também levava a diferenças da oferta psicanalítica à população nos dois países: a Argentina estava passos à frente nos serviços de psicanálise comunitária, social e institucional, revelando uma maior preocupação com o social.

Em um trecho de seu depoimento, Alfredo Jerusalinsky diz que:

Alfredo Jerusalinsky: Devemos dizer que não houve grupos de psicanalistas no Brasil que tomassem posição. Isso se inaugurou com a migração argentina. No Brasil, a psicanálise começou a gerar grupos de psicanalistas socialmente comprometidos, comprometidos com a sociedade, não necessariamente com filiação partidária, mas sim com critérios éticos de responsabilidade sobre o conjunto social. E houve grandes movimentos no Brasil pela saúde mental e foram inspirados, uma parte, uma proporção importante, por analistas argentinos.¹⁵⁴

4.5 PERCEPÇÕES SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE A DITADURA DO BRASIL E DA ARGENTINA

Embora os regimes militares estabelecidos na segunda metade do século XX no Brasil, na Argentina e em outros países da América do Sul tenham tido discursos políticos semelhantes, de defender a ordem social, a tradição, a família e a pátria e combater a esquerda subversiva e o comunismo, há percepções de diferenças entre as ditaduras dos dois países. Essas percepções se dão, de modo geral, no sentido de a ditadura argentina ter sido mais severa, mais violenta, mais sanguinária.

Jorge Broide: A ditadura argentina foi absolutamente sanguinária. Para você ter uma ideia do nível de repressão, na faculdade de Psicologia da UBA, da Universidade de Buenos Aires, foram 70 desaparecidos. Não mortos, não exilados, desaparecidos. 70 jovens. Para você ver a brutalidade da coisa que era o envolvimento do mundo psi nessa luta política. Quando eles vieram para cá, os argentinos, não tinha essa repressão, aqui no Brasil, tão forte quanto essa. Não tinha. Mesmo que alguns estivessem na mira da operação Condor e todas essas coisas, mas eles conseguiram aqui se estabelecer e ter uma vida muito mais tranquila e desenvolver os seus projetos de vida e seus projetos institucionais. Mas a ditadura na Argentina era muito mais violenta, o nível de desaparecimentos era muito maior, a repressão foi muito mais forte, mais violenta.¹⁵⁵

¹⁵⁴ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁵⁵ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

Oscar Cesarotto: Bom, pelo que eu fiquei sabendo, até mais tarde, aqui a grande questão histórica, a partir de 64, foi em 68, (...) o clima era muito diferente do que estava acontecendo na Argentina. Está certo que eu não sabia de nada, mas na Argentina tinha *treta* todos os dias, tinha guerrilha, tinha mortos. Então, como eu não via isso por aqui, eu achava que era bem melhor, ou que o pior já tinha acontecido, a parte pior, a repressão. (...). Em 71 e 72, eu tinha feito duas viagens turísticas pelo Brasil, uma época maravilhosa, no Brasil com ditadura, mas que os brasileiros me trataram tão bem, descobri o mundo, essas coisas maravilhosas. Então por isso, sempre achei que aqui era melhor e que lá era pior. Ah, também tinha isso, lá mesmo era pior.¹⁵⁶

Maria Angélica Carrera: Até porque eu não conhecia, aqui, ninguém que tivesse sido preso. Lá era uma coisa, assim, de todos os dias.¹⁵⁷

Maria Auxiliadora Arantes: Lá na Argentina, eles fizeram o seguinte: eles prenderam as mulheres. A primeira coisa que eles fizeram foi “vamos tirar os filhos dessas mulheres”. E as mulheres que estavam grávidas e tiveram bebês na prisão, eles roubaram os filhos e mataram as mulheres. Ou eles ficaram com os filhos ou eles, entre si, venderam, negociaram.¹⁵⁸

Também há percepções de diferenças em relação às políticas econômicas dos governos dos dois países. No Brasil estabeleceu-se uma política de desenvolvimento econômico, mas com controle do Estado em diversos setores. Na Argentina, embora alguns setores também tivessem permanecido sob controle estatal, acenderam-se os primeiros sinais de uma política neoliberal.

Alfredo Jerusalinsky: A ditadura do Brasil já tinha fracassado. Na Argentina ainda estava começando. A insígnia fundamental de Videla e companhia, Massera, Almirante Massera e o Comandante Agosti, da aviação... Tinham feito um pacto de extermínio de todos os esquerdistas e esse não era o objetivo da ditadura no Brasil. O objetivo da ditadura no Brasil era a modernização da produção mediante a introdução de uma forte economia de mercado, com participação intensa de capitais estrangeiros e que garantissem a colonização, a neocolonização do Brasil. O Brasil era um território a ser recolonizado. (...) A Argentina já estava no circuito, no mercado. Era questão de eliminar, porque o movimento sindical argentino era muito forte, muito poderoso, então era um perigo para a América Latina. O objetivo da CIA, que apoiou com tudo o golpe de Videla, era a eliminação da esquerda, nosso extermínio. É por isso que morremos. Por isso que morreram 33 mil de nós e de um modo extremamente cruel, com sequestro de crianças.¹⁵⁹

¹⁵⁶ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de outubro e 06 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁵⁷ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de junho de 2023, presencialmente, na residência da depoente, com registro em gravador de voz.

¹⁵⁸ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁵⁹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

4.6 PERSEGUIÇÃO À PSICANÁLISE

Afinal, houve perseguição à psicanálise na ditadura? A psicanálise por si só não representava subversão ou ameaça ao regime ditatorial, tanto é que, assim no Brasil como na Argentina, as sociedades de psicanálise ligadas à IPA mantiveram-se “na linha” e não foram perseguidas. Ou seja, tornaram-se alvos do regime somente os psicanalistas que, de alguma forma, estivessem ligados pessoalmente ou institucionalmente à esquerda, e por isso a psicanálise foi mais perseguida na Argentina do que no Brasil, porque lá esse posicionamento foi mais amplo e evidente.

Lucía Fuks relata um episódio sobre essa questão, tanto em seu depoimento quanto no artigo escrito por ela e compartilhado comigo, a respeito de sua experiência no Hospital Lanús.

Começamos por uma notícia mais recente, enviada por e-mail por colegas médicos do Hospital Gregorio Aráoz Alfaro, de Lanús, província de Buenos Aires. Com objetividade, a mensagem informava que, no dia 10 de fevereiro de 2011, havia sido formalizada a identificação de Martha María Brea e ordenada a entrega de seus restos à família, tendo ela sido vítima do terrorismo de Estado durante a ditadura civil-militar argentina. Em linhas sucintas, Martha era psicóloga e coordenadora do Departamento de Adolescentes do Serviço de Psicopatologia desse hospital quando foi sequestrada, na manhã de 31 de março de 1977, aos olhos de todos e em pleno horário de trabalho.¹⁶⁰

Lucía afirma que o setor de psiquiatria do Lanús, cujos profissionais se definiam como progressistas e muitos deles tinham orientação psicanalítica, era extremamente comprometido com o social. Ela e Martha eram muito próximas.

João Batista Ferreira menciona a prisão de Hélio Pellegrino, psicanalista, acusado de ser comunista. Permaneceu preso por dois meses.

João Batista Ferreira: Tratavam como se fossem vagabundos, desordeiros, baderneiros, revoltados, recalcados. Isso sim, mas não tinham conhecimento. Houve uma prisão, o Hélio foi preso, Zuenir Ventura preso, alguns jornalistas e tal. Levaram lá para o instituto Caetano de Farias.¹⁶¹

¹⁶⁰ FUKS, L. B. De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina. *Revista Percurso*. Vol. 52, ano XXVI, Junho de 2014. p. 145-150. p. 145.

¹⁶¹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

4.7 A VINDA DOS PSICANALISTAS ARGENTINOS PARA O BRASIL

A partir de 1976, ano do golpe militar na Argentina, muitos psicanalistas buscaram refúgio no Brasil, especialmente aqueles engajados politicamente ou envolvidos em trabalhos institucionais de saúde mental que, “embora nem sempre fossem militantes diretos de movimentos ou organizações políticas, tornaram-se alvos da ditadura”¹⁶². A ditadura brasileira, a esta altura, lhes parecia um lugar mais seguro para morar e trabalhar.

Como já relatado, a vinda dos argentinos ajudou a acelerar as mudanças no cenário da psicanálise no Brasil, pois trouxeram com eles uma sólida formação lacaniana e experiências de trabalho em psicanálise diferentes do que se tinha aqui, focadas em atendimento institucional e oferta de serviços de saúde mental.

De modo geral, os argentinos não vieram em grupo, foram iniciativas particulares. Como se tratava de um perfil de psicanalistas que já se opunha às políticas da Associação Psicanalítica Argentina, no Brasil acabaram se inserindo em instituições que não estivessem ligadas à IPA, como o Sedes Sapientiae, em São Paulo, a PUC-SP, ou grupos independentes de orientação lacaniana.

Justamente é interessante notar, nos depoimentos, que a vinda para o Brasil está sempre intimamente relacionada a questões de trabalho. Por essa via se davam os contatos e relacionamentos que facilitavam essa migração.

Essa foi a realidade dos quatro depoentes argentinos:

Oscar Cesarotto: Eram anos em que a vida na Argentina era difícil, havia muita incerteza, já que passávamos de ditadura em ditadura, terrorismo de estado... Ah, não quero nem lembrar, mas foi assim. Por isso que, quando chegou um certo momento insuportável, a situação da Argentina era não somente insuportável, era muito perigosa. Só pra deixar claro, a partir de onde tomei algumas decisões, em certo momento da vida, eu tinha estudado com Masotta, que foi-se embora da Argentina, e eu trabalhava como secretário da Escola Freudiana de Buenos Aires. Eu começava a atender meus primeiros pacientes e aí tudo começava a ficar cada vez mais mal e pior. Meus colegas, amigos e companheiros de estudo já começavam a sair da Argentina. (...) Por uma série de problemas daquele ano e tudo foi piorando, sempre, enquanto meus amigos iam, alguns pra Paris, outros pra Espanha, chegou um momento que eu achei por bem, por bem da minha família, ir pro Brasil, em 1977. Quem me ajudou muito, porque já tinha voltado

¹⁶² LINO, D. M. R., TABACOF, H. e MELO, V. M. (orgs). *História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006. p. 81.

pro Brasil, pra São Paulo, foi o Marcio¹⁶³. O Marcio voltou, me mandou umas informações e eu embarquei. Eu fui mais tarde, três meses depois, ver minha família e aí, bom... Serei toda vida agradecido ao Brasil. Brasileiros e brasileiras sempre me trataram muito bem, muito bem. Talvez eu tenha retribuído, porque sempre foi assim, sempre.¹⁶⁴

Alfredo Jerusalinsky: Eu cruzei a fronteira do Brasil no dia 1 de janeiro de 1977. (...) Aí eu fui para Porto Alegre. Eu estive como refugiado quatro anos aqui. (...) Eu deixei toda a minha família lá e decidi ficar em Porto Alegre por dois motivos: um, porque era perto para que me trouxessem meus filhos para vê-los, porque já tinha dois filhos. Para vê-los quando fosse possível, pelo menos. E a outra razão é porque eu trabalhei no Hospital Gutierrez, que era o hospital de referência de crianças da Argentina, de Buenos Aires, no serviço de neurologia infantil. E eu entrei em 1971 aí e a Dra. Coriat me cooptou. (...) E eu dava aulas, por pedido da Dra. Lydia Coriat, aos grupos de residentes de pediatria, de neuropediatria, então eu dava aulas sobre maturação, desenvolvimento, enfim, as questões relativas à psicologia da criança na sua evolução. Um desses alunos, o Paulo Brandão, estava ali e era de Porto Alegre. Ele tinha me convidado a dar alguns seminários aqui, em Porto Alegre. (...) Bem, então, (...) digamos, desenvolvemos uma amizade muito intensa. Essa sorte eu tive, sempre tive amigos de verdade. Ele me disse que podia vir para cá.¹⁶⁵

Maria Angélica Carrera: Isso se dá em um contexto que é favorável, nesse sentido de que a gente estava muito mal, a Argentina, no sentido de que a ditadura já se fazia notável. Bastante (...) Em 79, então, janeiro de 79, a gente vem e caímos em Curitiba por um, sei lá, por um acaso da vida. Esse outro médico que queria montar uma clínica com o meu marido, os pais dele estavam em Curitiba e o convidam para passar o Natal e o Ano Novo com eles e aí a gente gostou de Curitiba e ficamos por aqui.¹⁶⁶

Lucía Fuks: Nós chegamos aqui no ano 77. No ano 76, Mário Fuks, meu marido, era professor na faculdade de Medicina, na parte de Psicanálise e Psiquiatria. Ele e a Ana Maria Sigal, que está aqui também agora, nesse ano, digamos, todas as pessoas que eram mais identificadas como de esquerda foram mandadas embora. Aí surgiu claramente, muitas pessoas saíram, de que a situação já não era tranquila, já era insegura. Mas como eu tinha assumido um ano atrás a chefia do hospital, da parte psiquiátrica do hospital de Lanús, eu me sentia responsável, não queria sair. Então foi um ano de vida muito, assim, em condições de insegurança. (...) Eu tinha que estar na parte residência e no apartamento para ser facilmente procurada, pelo cargo que eu tinha. Simultaneamente, o meu marido tinha que não estar, porque era inseguro para ele. Então era uma vida muito cheia de nuances difíceis.¹⁶⁷

¹⁶³ Marcio Peter de Souza Leite, psicanalista, amigo brasileiro o qual Oscar Cesarotto conheceu em Buenos Aires, alguns anos antes.

¹⁶⁴ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de outubro e 06 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁶⁵ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁶⁶ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de junho de 2023, presencialmente, na residência da depoente, com registro em gravador de voz.

¹⁶⁷ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 06 de dezembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

4.8 O SEDES SAPIENTIAE

O Sedes Sapientiae é uma instituição localizada em São Paulo, com mais de 40 anos de existência, voltada à formação e oferta de serviços nas áreas de saúde mental, educação e filosofia. Tem grande tradição psicanalítica, mas na década de 1970 fazia parte das “outras psicanálises”, ou seja, das instituições que não estavam ligadas à IPA. Muitos dos psicanalistas vindos da Argentina na época da ditadura se dirigiram ao Sedes.

Sempre foi uma instituição de posicionamento político progressista, inclusive abrigando reuniões de militância. Sua fundadora, Madre Cristina Sodré, “foi fundamental na luta contra a ditadura e o Sedes foi um importante centro político na década de 1970”¹⁶⁸. Sobre não ter sido prejudicada pelas políticas de cerceamento da ditadura, Rafael Lima explica que “como a perseguição dos ditadores a membros do clero católico era mais espinhosa, a presença de Madre Cristina à frente do Sedes dava alguma proteção ao funcionamento institucional”¹⁶⁹.

Em seu depoimento, Maria Auxiliadora Arantes traz um argumento parecido:

Maria Auxiliadora Arantes: O fato de que fossem freiras também podia aliviar um pouco a situação. Como era uma instituição religiosa, aparentemente católica, religiosa, isso também deixava a coisa um pouco mais... Estava relacionada com a PUC, com a Pontifícia Universidade Católica, então toda essa parte assim meio religiosa, que não tinha nada a ver com religião, na realidade, não aparece nunca, mas dava uma sensação de algo que “bom, pode deixar”.¹⁷⁰

Ela e Lucia Fuks estão no Sedes desde essa época e relatam algumas memórias a esse respeito:

Maria Auxiliadora Arantes: Então, por isso é que eu procuro, aqui, quando eu volto à possibilidade de estudar, eu procuro o Sedes Sapientiae. Eu já conhecia o Sedes, porque o Sedes foi um lugar que a Madre Cristina, que foi a grande diretora do Sedes, ela disponibilizou para a gente fazer reuniões na época da luta da anistia, que ainda era uma luta. As pessoas ainda estavam clandestinas, elas estavam presas e a Madre Cristina, eu fui procurá-la,

¹⁶⁸ LINO, D. M. R., TABACOF, H. e MELO, V. M. (orgs). *História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006. p. 69.

¹⁶⁹ LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021. p. 382.

¹⁷⁰ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

porque eu conhecia ela antes, antes de 64. Eu me lembro como se fosse hoje. Ela falou assim: “Dodora, olha, vocês podem se reunir. Dia de semana não dá para fazer reunião aqui, porque aqui tem aula de manhã, de tarde e de noite, mas vocês podem se reunir sábado e domingo”. Falei: “Madre, mas não tem ninguém aqui?”. Ela disse: “não, não tem mesmo. Mas a chave eu vou te dar”. Ela deu a chave do Sedes na minha mão. “Pode fazer aqui reunião domingo o dia inteiro, quem você quiser trazer, é só depois deixar tudo arrumadinho”. Então o Sedes, ele sempre teve uma posição muito progressista e corajosa da Madre Cristina, de enfrentamento na ditadura.¹⁷¹

Lucía Fuks: (...) o acolhimento que tivemos aqui na Instituição Sedes, Sedes Sapientiae, que nos surpreendeu, porque rapidamente já estávamos trabalhando, rapidamente estávamos fazendo coisas que eram similares, não iguais, mas parecidas com o que fazíamos na Argentina. Também tínhamos amigos aqui, argentinos. Digamos que foi toda uma situação que, em poucos meses, definimos que ficaríamos [no Brasil].¹⁷²

Em 1979 houve uma cisão no grupo de psicanalistas do Sedes Sapientiae, dando origem a dois departamentos diferentes, o de Psicanálise e o de Formação em Psicanálise, que permanecem até hoje. Lucía Fuks fala sobre esse episódio em seu depoimento:

Lucía Fuks: [Nossa linha era] Mais freudiana com escola francesa, sem ser lacaniana, mas digamos assim, Freud e a escola francesa, que se enriqueceu com o Lacan, mas não precisa ser lacaniano roxo, não? Mas essa seria a nossa linha habitual de trabalho na formação que damos no Instituto Sedes. Depois se dividiu, porque o Roberto Azevedo e a Regina Schnaiderman, no ano 80, tiveram uma divergência por maiores comprometimentos ideológicos. Como Roberto Azevedo continuava sendo da Sociedade de Psicanálise, ele brecava e a Regina Schnaiderman era mais avançada, ela não pertencia à Sociedade. Terminaram formando dois cursos: um que era dirigido por Roberto Azevedo e outro pela Regina. Nós ficamos com o grupo da Regina, que era mais comprometido socialmente nas questões da população carente e diferentes coisas. E o Roberto Azevedo ficou mais distante.¹⁷³

4.9 O MOVIMENTO LACANIANO

O movimento lacaniano teve forte influência na formação de psicanalistas argentinos e brasileiros na década de 1970. Alguns depoentes da pesquisa, de fato, tornaram-se lacanianos (que assim se declaram ou transparecem nas entrelinhas), como é o caso da brasileira Elisabeth Müller, e dos argentinos Oscar Cesarotto,

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 06 de dezembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁷³ *Ibidem*.

Alfredo Jerusalinsky e Maria Angélica Carrera. Alguns deles relatam suas experiências em grupos de estudos, que foi a forma instituída para se estudar Lacan, na época, e que também eram uma alternativa à formação nas sociedades de psicanálise.

Oscar Cesarotto: Eu me formei em 77. Mas, como é tradição na Argentina, você faz faculdade, mas estuda fora. Então eu já estava fazendo sempre grupos de estudos e, ainda mais, tive a boa chance de estudar com Oscar Masotta¹⁷⁴.

Alfredo Jerusalinsky: E além do mais, eu tinha entrado nos grupos do Oscar Masotta, que tinha voltado de Paris, onde assistiu ao seminário de Lacan e trouxe Lacan para nós. Então comecei a ir a reuniões das quartas-feiras, do que depois seria a Escola Freudiana de Buenos Aires. E também nos grupos de Oscar Masotta, eu fiz uma série de três anos com ele e com Raúl Sciaretta, porque Raúl Sciaretta, como era um grande filósofo e um grande livre pensador, ele trabalhava justamente as articulações entre a filosofia, a política e Lacan, então veio para mim como uma luva para as articulações conceituais que meu pensamento estava precisando.

Há outros depoentes, como são os casos de João Batista Ferreira e Lucía Fuks, que se mostram adeptos mais parciais das teorias lacanianas, conforme eles mesmo declaram:

João Batista Lembi: Hoje nós somos polimorfos, que guardam muito a visão kleiniana. Sou freudiano, releio Freud, leio Lacan que me ajuda muito a entender Freud. Então o que você é? Vou dizer, eu sou freudiano, que foi aquele que falou do inconsciente e do desejo através da livre associação.

Lucía Fuks: Eu era mais freudiana. (...) Mais freudiana, com escola francesa, sem ser lacaniana. Mas digamos assim, Freud e a escola francesa, que se enriqueceu com o Lacan, mas não precisa ser lacaniano roxo, não? Mas essa seria a nossa linha habitual de trabalho na formação que damos no Instituto Sedes

Há percepções diferentes a respeito de o lacanismo ter sido politicamente engajado, ou não, mediante os acontecimentos da época:

Elisabeth Müller: . O movimento lacaniano, ao meu ver, nunca foi um movimento militante de outra coisa que não fosse a causa psicanalítica, entendeu? Então não se metia com política.

¹⁷⁴ Oscar Masotta (1930-1979) foi um importante nome da psicanálise argentina, considerado o responsável pela introdução da teoria lacaniana na América Latina, sendo inclusive tradutor de algumas de suas obras para a língua espanhola.

Oscar Cesarotto: Nós tivemos uma ditadura genocida, matou 30 mil pessoas na época. Proporcionalmente não foram tantos os psicanalistas, embora houvesse. Então sempre fica a ideia de que a ditadura dos milicos não se incomodou com o lacanismo.

Alfredo Jerusalinsky: Lacan abominava aqueles que consideravam a política estrangeira da psicanálise. Dizia que não eram canalhas por pouca coisa, apenas por um pouco, mas porque esse pouco consiste, nesse caso, na renúncia de se fazer responsável pelo Outro, com “o” maiúsculo, a alteridade em toda a sua extensão. Eu tive a sorte de que o destino me colocou em uma trajetória que era impossível negar essa articulação. Além do mais, nunca desejei negá-la. Me parecia que, e me parece, que o único modo de ser ético, de se fazer responsável da vida do outro até as suas últimas consequências.

4.10 IGREJA CATÓLICA, DITADURA E PSICANÁLISE

As ligações entre a igreja católica e a luta contra a ditadura é um tema bastante vasto, acerca do qual existem algumas pesquisas, em especial envolvendo a Teologia da Libertação. O propósito deste tópico, portanto, não é de lançar uma discussão ou reflexão sobre o tema, mas de demonstrar, por meio dos depoimentos, como a psicanálise e alguns depoentes estavam ligados a essas questões e, principalmente, trazer as memórias a esse respeito. João Batista Ferreira, por exemplo, chegou a ser padre; Maria Auxiliadora Arantes, bastante ativa nos movimentos de juventude da igreja; Jorge Broide realizava trabalhos ligados à Teologia da Libertação e Dom Evaristo Arns; os que estavam no Sedes, de modo geral eram bastante próximos à Madre Cristina, uma religiosa.

Maria Auxiliadora Arantes: Então, a minha família, como eu contei para você, é uma família católica. Naquela época existia uma organização católica chamada Ação Católica Brasileira. Eu seguia literalmente os princípios da Igreja Católica Apostólica Romana e, dentro da Ação Católica, eles criaram cinco instituições: Juventude Agrária Católica, chamava-se JAC, Juventude Estudantil Católica, chamava-se JEC, depois Juventude Independente Católica, que era JIC, Juventude Operária Católica, JOC, e Juventude Universidade Católica, JUC. A JEC, então, tinha a feminina e a masculina; a JUC já era mista, mas a JEC era feminina e masculina. (...)

Pietra: (...) E a tua família já tinha uma visão mais progressista?

Maria Auxiliadora Arantes: Olha, família muito grande, tinha uma visão mais tradicional mesmo. Para você ter ideia, Pietra, dentro da minha casa, em Belo Horizonte, tinha uma capela. A capela é uma mini-igreja, que só algumas famílias tinham autorização do Vaticano, porque a capela é um lugar da população, não é para cada família ter a sua capela, mas os meus pais eram muito católicos e conseguiram uma autorização. Então tinha uma capela com altar, com genuflexórios, você fazia e nós chamávamos pessoas ali da região. A minha mãe tinha uma obra vinculada à Igreja Católica, fazia um trabalho para a Igreja Católica, então eu comecei a minha militância literalmente

dentro da Igreja, mas já nesse campo da militância. Então vamos fazer um trabalho dentro das escolas secundaristas. E aí, quando você reúne, você começa a ter acesso a outra bibliografia, outros livros, ao trabalho que já estava sendo feito fora do Brasil e aí a Ação Católica vai migrando. Então a gente saiu e fundou uma organização que se chamou Ação Popular. Primeiro era Ação Popular, que teve principalmente trabalho em Minas Gerais, Pernambuco e Salvador. Por exemplo, Salvador, Minas Gerais, o grande dirigente era o Betinho (Herbert José de Souza), que depois virou irmão do Henfil (Henrique de Souza Filho). (...) Fundamos uma organização. Chamava-se Ação Popular, depois avançou politicamente, Ação Popular Marxista-Leninista, aí, muito mais à frente, esse grupo se rachou. Um grupo ficou como Ação Popular Marxista-Leninista, chama APML, eu fiquei nesse grupo, e o outro grupo se vinculou ao PCdoB. O Aldo Arantes foi do grupo que se vinculou ao PCdoB.¹⁷⁵

João Batista Ferreira: Bom, eu muito cedo saí de casa. Saí de casa com dez anos, fui para um colégio interno, um seminário que era colégio e seminário ao mesmo tempo. Uma coisa fundada por Pedro II, chamado Caraça, hoje uma reserva nacional. até protegida pela Unesco, enfim, uma coisa a parte que não vamos tratar aqui. E depois de seis anos lá, eu fui duas vezes à minha casa em Belo Horizonte. Era quase que inacessível esse lugar. E me adaptei bem, vivi aquilo ali e fui para Petrópolis onde eu cursei Filosofia e Teologia. Eu fiz dois cursos de quatro anos cada um, Filosofia em primeiro lugar e depois Teologia e me tornei padre. Eu fui até o final de uma carreira de 14 anos. (...) Aquela história, a gente está agora em 68. Mandeí para você no dia de anteontem, no 26, anteontem 26/06/68 que foi o dia em que, lá na Praça, diante 100 mil, o bispo presente, inclusive, e o Wladimir Palmeira, queriam um representante do clero para falar para o povo. O arcebispo me chamou, falou assim: "João, fala em nome da Igreja". Eu, talvez o mais novo dos que estivessem ali. (...) A Igreja sempre muito da direita, ela é muito ortodoxa, ela é muito anticristã, a igreja cristã. Ela não acompanha o Cristo, mas uma fração ali acompanha. Eu, se eu estou sendo arrogante, eu acho que eu pertencia à fração que acompanha. Ele me pediu então para falar e eu subi e falei em nome da igreja. Falei que a igreja é o povo e que o povo só pode viver sob a ética da liberdade. Sem liberdade não há vida. Sem vida não há desejo e sem desejo não há paixão. E que era preciso recobrar a esperança. Então essa foi a minha participação. Isso gerou um ruído, à medida em que eu já fazia análise, na contramão da história. Eu já tinha ideias que não comungavam com a ortodoxia da assim chamada Igreja Tridentina, Igreja de Pio XII, de outros Papas, que não era de João XXIII, que foi o único que falou "espera aí, esse negócio está errado, vamos fazer diferente". (...) Com isso, então, houve um impasse: "você fica ou sai". Eu falei "bom, eu saio, porque eu não posso renunciar a essa forma de pensar". E é óbvio que, em saindo, eu já terminando o meu curso de Psicologia, já com a minha análise muito avançada, eu então entrei no grupo de formação psicanalítica. Aí nós já estamos em 1970.¹⁷⁶

Jorge Broide: Eu comecei primeiro, na verdade, indo trabalhar com crianças de rua, indo trabalhar em presídios, indo trabalhar em uma ligação muito forte com a teologia da libertação. Então, ali na Teologia da Libertação, na PUC era o tempo do Dom Paulo Evaristo Arns, era o tempo onde a PUC assumiu

¹⁷⁵ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁷⁶ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

um papel progressista importantíssimo na história brasileira e das universidades brasileiras. (...) É muito interessante, inclusive, para você ter uma ideia do que era aquilo, então uma coisa era esse trabalho na cadeia, no largo de Osasco, que era a praça principal de Osasco, que a gente atendia nas ruas, nessa central de atendimento, nessa cadeia clandestina, mas tinha também o trabalho no Centro de Defesa dos Direitos Humanos, que era meio interligado a tudo isso, porque nós estávamos dentro das comunidades eclesiais de base e da Igreja da Teologia da Libertação. É quem nos sustentava. E com isso tínhamos os juízes progressistas da Teologia da Libertação, muito progressistas, e que nos davam todo o apoio político e de segurança pessoal também.¹⁷⁷

4.11 EXÍLIO E CLANDESTINIDADE

Exilado, clandestino, refugiado? Não se trata da escolha correta ou mais apropriada do termo, mas, sim, considerar aquele que cada depoente escolhe para expressar suas memórias. Entre os psicanalistas participantes desta pesquisa, e tantos outros cujos relatos estão nos livros, houve situações de exílio e de clandestinidade, como foi o caso do próprio Freud, que em 1938 exilou-se em Londres, com sua família, durante seus últimos anos de vida, fugindo da perseguição nazista.

Maria Auxiliadora Arantes, brasileira, que viveu exilada por um curto tempo no Uruguai e depois clandestina, com sua família, por cerca de 10 anos no Nordeste do Brasil.

Maria Auxiliadora Arantes: Eu pensei em trabalhar como psicanalista ali em Brasília, já comecei os primeiros contatos e logo, imediatamente, não mais do que nunca, houve o golpe militar, em 1º de abril de 1964. Então, na verdade, eu sonhei com uma profissão, um caminho profissional, entre dezembro de 63 e 1º de abril de 64. Com o golpe militar, já então morando em Brasília, casada com o Aldo Arantes, nós tínhamos que sair imediatamente do Brasil. Eu fiquei como exilada política no Uruguai, para onde foram os primeiros dirigentes do país, foi o Presidente da República, o João Goulart, foi o Brizola, foram os principais ministros. Porque a minha ideia, eu já ia trabalhar no Ministério da Educação, mas como houve o golpe, foi tudo desmantelado, então ficamos no Uruguai, mas voltamos logo, não quisermos ficar no exílio. Foi uma decisão que nós fizemos, eu e o Aldo, de retornarmos ao Brasil e ficarmos aqui como... Tínhamos que ficar como militantes clandestinos, já que nós éramos procurados, principalmente o Aldo, que tinha sido uma liderança no movimento estudantil. Ele foi presidente da UNE, a UNE foi muito... Foi literalmente caçada do ponto de vista de busca. E nós, então, tivemos que passar à clandestinidade política a partir do retorno ao Brasil. Então a minha profissão como psicóloga, psicóloga social, foi absolutamente calcinada e, qualquer projeto de estudo, proibido, já que, para ficar no Brasil, nós ficamos, literalmente, na clandestinidade. Nós tínhamos outro nome, tínhamos outros documentos pessoais. Eu não tínhamos como

¹⁷⁷ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

voltar. (...) Então fui morar em Alagoas, em uma cidade chamada Pariconha, (...). Mas nós fomos para lá, porque nós fomos viver lá como militantes clandestinos, fizemos um trabalho político com o pessoal que trabalhava na terra, porque lá tinha uma base da nossa organização política, das pessoas que eram trabalhadores do campo e que trabalhavam na terra e que levavam as propostas de resistência à ditadura, de não aceitar governo fascista, de não aceitar as imposições ainda da ditadura, que ainda estava em vigor.¹⁷⁸

Alfredo Jerusalinsky, que permaneceu por quatro anos exilado no Rio Grande do Sul, obter a carteira de residente permanente no Brasil. Antes desse tempo havia ficado nessa mesma condição na Venezuela.

Alfredo Jerusalinsky: Aí eu migrei, primeiro para a Venezuela. (...) Naquela época, o presidente da Venezuela era Carlos André Perez e ele era de centro-esquerda, então acolhia refugiados. Eu fui contratado para dar aulas de desenvolvimento infantil, do nascimento até a puberdade, para formar equipes interdisciplinares para criar um centro de desenvolvimento infantil. A Dra. Coriat me levou em uma equipe clínica para fazer treinamento clínico na maternidade Concepción Palacios, de Caracas. E aí eu trabalhei quase um ano. (...) Bom, então decidi migrar para o Brasil, para Porto Alegre, porque era o lugar mais perto da Argentina, onde minha mulher e meus dois filhos ficaram, e aí podiam vir e eu poderia vê-los. Nesse tempo eu não podia voltar para a Argentina. Nós tínhamos nossas vias de informação também e eu sabia que eu estava muito visado, junto com os sobreviventes de toda aquela trajetória. Bom, aí começa a história da minha inserção no Brasil, onde fui muito bem acolhido por companheiros que me prestaram solidariedade política e profissional. Eu estive no Brasil por quatro anos como refugiado.

Pietra: A partir de 1977?

Alfredo Jerusalinsky: Exatamente, de janeiro de 1977.¹⁷⁹

4.12 FALAR SOBRE PSICANÁLISE E DITADURA

Para alguns depoentes, essa não foi a primeira vez a falar formalmente sobre psicanálise e ditadura. Há os que já possuem materiais escritos e publicados sobre o tema e recomendaram seus textos como complemento aos depoimentos.

Maria Auxiliadora Arantes tem dois livros publicados, frutos de suas pesquisas de mestrado e de doutorado, sendo um sobre clandestinidade e outro sobre tortura.

Maria Auxiliadora Arantes: Sobre tortura, eu tenho um livro sobre, chama assim: "Tortura: testemunhos". Eu quis fazer o livro em cima de testemunhos, aí ela [Caterina Koltai, orientadora de doutorado] falou assim: "olha, você vai conseguir alguém para dar testemunho?", eu falei: "vou". E o que eu fiz? A maioria dos presos políticos, quer dizer, grande parte dos presos políticos fez

¹⁷⁸ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁷⁹ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

por escrito os testemunhos do que aconteceu com eles quando eles foram presos, quando eles foram torturados, que torturas houve, quem torturou, como é que foi. Todos esses testemunhos foram reunidos em um livro pelo patrocínio do Dom Paulo Evaristo Arns e também depois da Comissão de Direitos Humanos da Presidência da República. (...) Tanto o [livro] de clandestinidade quanto o de tortura foi um elenco de militantes políticos que passaram por ambas as experiências, pessoas que eu conhecia. (...) ambos os livros foram publicados. O Pacto Re-velado já está, para a minha grande surpresa, na terceira edição. (...) Então, Pietra, eu fico contente de ter podido escrever esses livros, de ter dado esses depoimentos e é isso que eu queria deixar como um legado.¹⁸⁰

Lucia Fuks indicou dois textos com informações complementares ao seu depoimento. Um deles, já citado, é um artigo escrito por ela, intitulado *De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina* e o outro é um depoimento dado por ela a alunos do Sedes, que resultou em uma artigo chamado *Lucía Barbero Fuks: um trajeto na psicanálise*, publicado na *Percurso 70: Revista de psicanálise*¹⁸¹, ambos utilizados na dissertação.

¹⁸⁰ Depoimento concedido a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

¹⁸¹ Depoimento – Lucía Barbero Fuks: um trajeto na psicanálise. *Percurso 70*. p. 107-124. jun. 2023.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa podem partir tanto de sua forma quanto de seu conteúdo. O que se entende por forma, aqui, é a história oral, escolhida como metodologia para sua realização e, por conteúdo, o tema “psicanálise e ditadura militar”.

Trabalhar com história oral proporciona ao pesquisador o que Verena Alberti chama de “fascínio do vivido”, que somente os detalhes e as nuances pessoais de uma experiência subjetiva podem conferir a um fato histórico. Por outro lado, quando se trabalha com fontes primárias, originais, como é o caso dos depoimentos obtidos, pode-se criar expectativas e formular algumas hipóteses a respeito do que será contado, que tendem a ser bastante ousadas, ou até mesmo ingênuas, por parte do pesquisador, porque, de fato, não se pode ter uma ideia clara, previamente, sobre o que será revelado nos depoimentos.

As produções disponíveis sobre psicanálise e ditadura, que não são poucas, passam-nos a ilusão de um todo, de uma história consistente, com começo, meio e fim, sobre a qual as pessoas que viveram aquele tempo teriam consciência. Como se todas elas tivessem sobrevoado aquele momento da história e obtido uma visão desse todo e, então, pudessem falar sobre o tema a partir de suas próprias vivências, de suas próprias percepções. Mas não é assim. Cada depoimento é uma partícula minúscula, é um relato parcial de uma vivência que também é parcial. No caso desses psicanalistas, o relato de uma vivência que se dá a partir de sua própria casa, de sua própria família, de seu consultório, do seu bairro, da sua cidade.

Como foi mencionado, em história oral temos a possibilidade de trabalhar com história de vida ou história temática. Era previsto que, no caso desta pesquisa, as duas vias se misturassem, mas, de depoimento para depoimento, isso não acontece de forma homogênea. No contexto aqui trabalhado, quanto mais engajamento político, quanto mais militância, logicamente o entrevistado tendia a enveredar mais profundamente pela história temática. Do contrário, os depoimentos tendiam a caminhar mais pela história privada, pelo contexto familiar, os estudos, a carreira.

A partir da afirmação da Halbwachs de que “apelamos a depoimentos para fortalecer ou refutar, mas também para complementar o que sabemos sobre um

evento do qual já temos alguma informação”¹⁸², poderíamos, de forma simplificada, finalizar esta pesquisa afirmando que os depoimentos obtidos cumpriram seu objetivo, fortalecendo muito do que já se sabe sobre as relações entre psicanálise e ditadura durante o regime vigente no Brasil, e também na Argentina, na década de 1970. Mas isso é pouco frente a outras inferências permitidas por esta pesquisa em história oral.

A primeira questão a ser abordada é a relação entre as memórias e o tempo presente. Os depoentes, no geral, fizeram poucas conexões entre o passado vivido, no que diz respeito às relações entre psicanálise e ditadura, e o que se enfrenta atualmente, tanto em termos políticos quanto das questões institucionais da psicanálise – e pode-se dizer que esses são temas bastante atuais. A questão da polarização política atual foi mencionada pontualmente, contudo, os debates e embates políticos do presente não apareceram como algo de grande relevância para o campo psicanalítico.

O segundo ponto de destaque observado nos depoimentos é que, para esses depoentes, falar de psicanálise é falar de trabalho, de trajetória profissional, muito mais do que falar em teoria, em visão de mundo ou em ética. Inclusive, muitas vezes foram as situações de trabalho que permitiram diversos movimentos feitos por esses psicanalistas na década de 1970, que vão desde as manifestações políticas das quais participaram até os deslocamento geográficos que fizeram. Manifestações políticas muito no sentido de que, a luta pela ampliação do acesso à psicanálise e por uma mudança no modelo de formação e de atendimento psicanalíticos, naquela época, certamente pertenceram a essa categoria.

Muito se discorreu, nesta dissertação, a respeito de uma cultura psicanalítica surgida na década de 1970, um fato muito explorado na história da psicanálise no Brasil, mas que não apareceu de forma espontânea nos depoimentos, como se tivesse sido pouco percebido por quem viveu aquele momento. É como se a passagem de um tempo em que a psicanálise ainda não estava ali, à disposição, àquele em que ela estava amplamente presente no cotidiano e nos discursos, não tivesse sido sentida. A cultura, de fato, naturaliza certas coisas, as incorpora no cotidiano de forma a passar um sentimento de que sempre ocuparam os mesmos lugares. Inclusive, se a psicanálise estava na cultura, ou nas prateleiras do

¹⁸² Halbwachs, M. *A memória coletiva* (Portuguese Edition) (p. 5). antoniofontoura. Edição do Kindle.

“supermercado cultural global” daquele momento ¹⁸³, ela estava à disposição tanto dos fins mais nobres, como é o caso da saúde mental, quanto dos mais condenáveis, como a tortura. No caso, não foi a psicanálise que escolheu as pessoas, pelo contrário, foi escolhida por elas. Portanto, ao se pensar que a psicanálise fez uma escolha pela neutralidade, está se referindo a uma posição subjetiva de pessoas que compõem esse conjunto que se entende por “a psicanálise”.

Da mesma forma, compreende-se que ser engajado politicamente ou não, diante dos acontecimentos da ditadura, foi uma posição ou uma escolha pessoal independente de uma visão, de uma formação ou de uma prática psicanalítica. Mais ainda, o engajamento político, ou a tendência a esse engajamento, já estava ali previamente, fazia parte, de alguma forma, da subjetividade daqueles que foram por esse caminho. Pode-se até pensar que o engajamento político provavelmente esteve menos vinculado à posição de psicanalista do que esteve a neutralidade política que, por sua vez, era estimulada pelas sociedades psicanalíticas da época. Isso vale tanto para a realidade brasileira quanto para a argentina.

Outra questão relevante, evidenciada pela pesquisa, e que pode ser pensada tanto a partir da história oral quanto da historiografia da história da psicanálise, diz respeito à fragmentação e à parcialidade, imperativas, quando se propõe a produção de uma pesquisa sobre a história da psicanálise no Brasil, o que significa que um projeto que dê conta de uma história global e abrangente sobre o tema seria por demais ambicioso. Essa fragmentação pode estar sujeita tanto às condições geográficas, já que o Brasil é um país de dimensões continentais, quanto a tantas outras variáveis, como o período histórico, a “escola” psicanalítica que se pretende abordar (lacaniana, kleiniana, winnicottiana...), a perspectiva escolhida (clínica, cultural, política, educacional...), entre tantos outros fatores possíveis. Mas, quando se trata de história oral, a fragmentação está submetida principalmente àquilo que se viveu e se presenciou, às vicissitudes da história pessoal, aos sentimentos e, principalmente, ao que se pode e se deseja recordar.

¹⁸³ “Supermercado cultural global” é um conceito do antropólogo americano Gordon Mathews, que consiste basicamente na ideia de que as pessoas fazem escolhas para suas vidas nas prateleiras de um supermercado cultural, nas quais há determinadas opções de informações e de identidades disponíveis, com a falsa sensação de que estão escolhendo livremente. Ver mais sobre “supermercado cultural global” em MATHEWS, G. *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

Assim, a última, e talvez mais importante questão a ser tomada nestas considerações finais, é a do silêncio. Um silêncio de fatos em alguns casos, um silêncio de informações mais específicas em outros mas, principalmente, emoções silenciadas. Alguns depoentes se emocionaram, não se pode negar, especialmente os que tiveram (e revelaram) experiências mais radicais ou, pode-se dizer, traumáticas, frente aos acontecimentos da ditadura. Mas foram exceções.

Há diversas hipóteses para esse silêncio, como o sigilo e o respeito a outras pessoas participantes de determinados acontecimentos, a tristeza e as dores de recordar esse tempo (o que acarretaria na impossibilidade emocional de ir mais a fundo no tema), o trauma (que torna certas coisas indizíveis), a distância cronológica de tais acontecimentos (que deixa as lembranças mais obscuras) ou o próprio esquecimento (enquanto recalque ou mesmo as falhas naturais das funções da memória). Nos depoimentos obtidos, fatos foram relatados, informações muito preciosas foram fornecidas, a ponto de eu me sentir tentada a elaborar essas considerações finais tomada exclusivamente pelo tal “fascínio do vivido”, há pouco mencionado. No entanto, os silêncios presentes no não-revelado não deixam dúvidas de que o semblant psicanalítico ultrapassa as paredes do consultório. Semblant no sentido do estatuto conceitual atribuído a esta palavra por Lacan, que se refere a algo de uma aparência, de uma representação, de um lugar de vazio que o analista se coloca para que o paciente projete seus conteúdos. Um traço que se aprende ser tão fundamental na clínica, mas que talvez permaneça operando no momento em que esses psicanalistas ocupam o lugar de depoentes, em que correm o risco de se expor e levar a público sua pessoalidade e sua própria história.

No caso desta pesquisa, como se revela o semblant psicanalítico? Na tentativa quase instintiva de transmitir uma neutralidade, de não se revelar em excesso, de não ser inadequado. Justamente uma posição institucional, dos tempos de ditadura, que tanto foi criticada, mas que parece quase sempre inevitável a quem deseja sustentar a posição de psicanalista. Assim, o que há em comum, o que prevalece como coletivo, mais do que qualquer coisa é o engajamento com a psicanálise.

FONTES

Depoimento concedido por Alfredo Jerusalinsky a Pietra Rassi Justus em 16 de agosto e 04 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

Depoimento concedido por Elisabeth Müller a Pietra Rassi Justus em 18 e 25 de agosto de 2023, por meio de videochamada no WhatsApp, com registro em gravador de voz.

Depoimento concedido por João Batista Ferreira a Pietra Rassi Justus em 29 de junho de 2023, presencialmente, no consultório particular do depoente, com registro em gravador de voz, havendo uma segunda sessão realizada em 04 de julho de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação de áudio e vídeo.

Depoimento concedido por Jorge Broide a Pietra Rassi Justus em 27 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

Depoimento concedido por Lucía Barbero Fuks a Pietra Rassi Justus em 06 de dezembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

Depoimento concedido por Maria Angélica Carreras a Pietra Rassi Justus em 27 de junho de 2023, presencialmente, na residência da depoente, com registro em gravador de voz.

Depoimento concedido por Maria Auxiliadora Arantes a Pietra Rassi Justus em 23 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

Depoimento concedido por Oscar Cesarotto a Pietra Rassi Justus em 23 de outubro e 06 de novembro de 2023, por meio da plataforma Zoom, com gravação em áudio e vídeo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, V. *Manual de história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALBERTI, V. *Ouvir contar: textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, K. M. (org.). *Simpósio psicanálise e política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.
- ARANTES, M. A. A. C. *Pacto re-velado: psicanálise e clandestinidade política*. São Paulo: Escuta, 1999.
- ARAÚJO, M. P. N. e SANTOS, M. S. História, memória e esquecimento: Implicações políticas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], n. 79, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/728>. Acesso em 05 de setembro de 2020.
- BALÁN, J. *Cuéntame tu vida: una biografía colectiva del psicoanálisis argentino*. Buenos Aires: Editorial Planeta, 1991.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, E. *Tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.
- CATROGA, F. *Memória, história e historiografia*. Portugal, Coimbra: Quarteto, 2001.
- CIDADÃO Boilesen. Direção de Chaim Litewski. Brasil: Imovision, 2009. 1 filme (92 min), son, color.
- CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- DANTO, E. A. *As clínicas públicas de Freud: psicanálise e justiça social, 1918-1938*. São Paulo: Perspectiva, 2019. Disponível em <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19800923&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em 17 de junho de 2024.
- DOIS Papas. Direção de Fernando Meirelles. EUA: Netflix, 2019. 1 filme (125 min), son, color.
- Depoimento – Lucía Barbero Fuks: um trajeto na psicanálise. *Percursos* 70. p. 107-124. jun de 2023.
- ELIAS, N. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FERNANDES, G. M.; SACRAMENTO, I. Liberdade, a melhor coisa do mundo: uma análise do processo de censura à Despedida de Casado (TV Globo, 1976). In: FICO, C.; GARCIA, M. (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988)*: sociedade, música, telenovelas e livros. Salvador: Sagga, 2021.

FICO, C. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2014.

FIGUEIRA, S. *Efeito psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

FIGUEIRA, S. *Freud e a difusão da psicanálise: estudos sobre a estrutura e o funcionamento do campo psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREUD, S. (1919) Linhas de progresso na terapia psicanalítica. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 17. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1923) Prefácio ao relatório sobre a policlínica psicanalítica de Berlim (março de 1920 a junho de 1922), de Max Eitingon. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1912) Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1925) Uma nota sobre o “bloco mágico”. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FREUD, S. (1937) Análise Terminável e Interminável. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 23, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

FUKS, L. B. De como o terrorismo de estado pôde atingir o campo da saúde mental na Argentina. *Revista Percurso*. v. 52, ano 26. p.145-150, jun. 2014.

GABARRON-GARCIA, F. *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu, 2023.

GAY, P. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

GONDAR, J. *Os tempos de Freud*. Coleção Freudiana. Rio de Janeiro, Livraria e Editora Revinter, 1995.

HAGEMEYER, R. R. *Caminhando e cantando: o imaginário do movimento estudantil brasileiro de 1968*. São Paulo: EDUSP, 1986.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva* (Portuguese Edition). Edição do Kindle.

HERZOG, D. *Cold War Freud: psychoanalysis in an age of catastrophes*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2017.

HOBBSBAWM, E. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

HOLLANDA, H. B. H e GONÇALVES, M. *Cultura e participação nos anos 60*. 5ª ed. Coleção Tudo é história, n. 41. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LACAN, J. O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

LIMA, R. A. *A psicanálise na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985): história, clínica e política*. Tese (Doutorado – Programa de pós-graduação em psicologia clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

LINO, D. M. R., TABACOF, H. e MELO, V. M. (orgs). *História do departamento de psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae*. São Paulo: Narrativa Um, 2006.

LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. In: *Proj. História*. São Paulo, nov. 1998.

MAGALHÃES, V. B. Entrevista com Ronald Grele: considerações sobre história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 45. Set-dez. 2020. Disponível em (<https://doi.org/10.1590/2237-101X02104501>). Acesso em 28 de janeiro de 2023.

MASCARENHAS E. reproduzida em um texto de Roberto Mello. MELLO, R. Os barões da psicanálise. In: ALMEIDA, K. M. (org.). *Simpósio psicanálise e política*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1981.

MATHEWS, G. *Cultura global e identidade individual: à procura de um lar no supermercado cultural*. Bauru – SP: EDUSC, 2002.

MENESES, U. História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. *Revista do instituto de estudos brasileiros*. São Paulo, 1992.

MÜLLER, A. O “acontecimento 1968” brasileiro: reflexões acerca de uma periodização da cultura de contestação estudantil. *Revista de história, [S. l.]*, n. 180, p. 1-21, 2021. P. 4. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.2021.168586. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/168586>. Acesso em: 09 ago. 2022.

NAPOLITANO, M. *1964: história do regime militar brasileiro*. Editora Contexto. Versão em PDF.

NAPOLITANO, M. *Coração civil*. São Paulo: Intermeios: USP, 2017

NAPOLITANO, M. *Cultura brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2001.

NAPOLITANO, M. Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLENBERG, D. e QUADRAT, S. V. (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. v. 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

NASIO, J. D. *Sim, a psicanálise cura!* Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

OLIVEIRA, A. N. P., SAHD, F. P. e CALCIOLARI, S. *Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná*. Curitiba: DHPaz, 2014.

OLIVEIRA, C. L. M. V. *História da psicanálise – São Paulo (1920-1969)*. São Paulo: Escuta, 2005.

OLIVEIRA, C. L. M. V. Sob o discurso da “neutralidade”: as posições dos psicanalistas durante a ditadura militar. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24. p.79-90. nov. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000900079. Acesso em 18 de agosto de 2020.

PARKER, I. *Cultura psicanalítica: discurso psicanalítico na sociedade ocidental*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

PLOTKIN, M. B. *Freud en las pampas: orígenes y desarrollo de una cultura psicoanalítica en la Argentina (1910-1983)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996.

PORTELLI, A. história oral como gênero. In: *Proj. história*, São Paulo. jun. 2001.

RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, G. *Introdução ao nascimento da psicanálise no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

ROUDINESCO, E. *Lacan deu uma dimensão de intelectualidade à obra de Freud*. Jan 2017 Fonte: *Cult!*: <https://revistacult.uol.com.br/home/lacan-e-um-logico-que-desafia-a-logica-diz-elisabeth-roudinesco>. Acesso em 22 de maio de 2022.

ROUDINESCO, E. e PLON, M. *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROUDINESCO, E. *Genealogias*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ROUDINESCO, E. Psychanalyse et histoire: résistance et mélancolie. In: M. Gauthier. *Les voies de psychanalyse*. Paris: L'harmattan, 1997, p. 21-34. Citada por: OLIVEIRA, C. L. M. V., 2005.

RUSSO, J. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais do campo psicológico dos anos 1980*.

SAGAWA, R. A psicanálise pioneira e os pioneiros da psicanálise em São Paulo. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SANTOS, L. *A psicanálise no Brasil antes e depois de Lacan: posições do psicanalista nessa história*. São Paulo: Zagadoni, 2019.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SETEMY, A. Liberdade e democracia não podem ser confundidos com anarquia e licenciosidade. In: FICO, C. e GARCIA, M. (orgs.). *Censura no Brasil Republicano (1937-1988): sociedade, música, telenovelas e livros*. Salvador: Sagga, 2021.

THOMSON, A. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias*. Proj. história, São Paulo, abril 1997.

VENTURA, Z. *1968, o ano que não terminou: a aventura de uma geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VEZZETTI, H. Psicanálise e Marxismo: a fratura da Associação Psicanalítica Argentina (1971). *Tempo Social*, 21(2), 2009.

VIANNA, H. B. *Não conte a ninguém: contribuições à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Imago, 1994.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.